

JF

Jornal da FENPROF | Diretora: Anabela Sotaia
Subdiretores: Francisco Gonçalves e José Feliciano Costa
Mensal | nº 321 | outubro 2025 | 0,50€



Orçamento do Estado 2026
Primeira apreciação da FENPROF

Pág. 4

Carta Aberta ao ministro
Os professores não abdicam da sua dignidade

Pág. 11

Entrevista à Embaixadora da Palestina
"Os palestinianos não estão sós!"

Pág. 35

sumário



16 DIA MUNDIAL DO PROFESSOR
Os professores estão atentos!



A falta de Professores 7



Plenários em todo o país 15

06. EM FOCO

Ataque aos Serviços Públicos
FRANCISCO GONÇALVES

08. EM FOCO

AGSE: duvidosa constitucionalidade
MARTA CRUZ

09. EM FOCO

FENPROF exige valorização da profissão docente e da escola pública

12. IMPRESSÕES

Cidadania e Desenvolvimento: a verdadeira estratégia
JOAQUIM CARVALHO

19. DESTACÁVEL

A luta das Mulheres continua

23. ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA

Proposta Reivindicativa Comum 2026
DULCE PINHEIRO

24. DESTAQUE

"Pacote Laboral é retrocesso civilizacional"

26. HORÁRIOS E CONDIÇÕES DE TRABALHO

Sobretabalho, serviço extraordinário e CNLE
As razões para a greve
JOSÉ MANUEL COSTA

27. OPINIÃO

Pacote Laboral: Um ataque ao trabalho e aos direitos de quem trabalha
TIAGO OLIVEIRA

29. CGA

Direito à reinscrição
JOSÉ MANUEL COSTA

30. SETORES

IPSS: um pacote de milhões para uma negociação de tostões!
PEDRO NUNES

32. INTERNACIONAL

Cimeira Mundial da UNESCO Sobre os Professores
MANUELA MENDONÇA

34. SINDICALIZAÇÃO

O teu lugar é com quem luta contigo
FRANCISCO OLIVEIRA

38. DIVULGAÇÃO

Teolinda Gersão vence Prémio Urbano Tavares Rodrigues 2025



sobe

O compromisso dos professores com a profissão

Segundo o estudo TALIS 2024 da OCDE, os professores portugueses, apesar de insatisfeitos com as condições de trabalho e os salários oferecidos em Portugal, afirmando inclusive ponderar o seu abandono nos próximos cinco anos, no caso dos mais novos, afirmam-se satisfeitos com a profissão com a opção pela profissão de professor. •



desce

Orçamento do Estado para 2026

A proposta apresentada pelo governo não contém verbas para a valorização do ECD, o caminho para devolver a atratividade à profissão e combater a falta de professores. Por outro lado, retoma truques contabilísticos de outros governos, ao comparar a proposta para 2026 com a estimativa do executado em 2025, que as cativações levam a ficar abaixo do orçamentado. Fernando Alexandre deveria explicar este diferencial de 252 milhões de euros. •



FICHA TÉCNICA: Jornal da FENPROF | Propriedade, Redação e Administração: Federação Nacional dos Professores | Rua Fialho de Almeida, 3 | 1070-128 LISBOA | Tels.: 213819190 - Fax: 213819198 E-mail: fenprof@fenprof.pt | www.fenprof.pt | Diretora: Anabela Sotaia | Subdiretores: Francisco Gonçalves e José Feliciano Costa | Chefe de Redação: Luís Lobo | luis.lobo@sprc.pt | Conselho de Redação: Fernando Vicente (SPRA), Jackeline Vieira (SPM), Luís Lobo (SPRC), Manuel Guerra (SPGL), Manuel Nobre (SPZS), Rogério Ribeiro (SPNI), Nélia Vitorino (FENPROF), Coordenação técnica e apoio à Redação: José Paulo Oliveira (jornalista) | jppo@sapo.pt | Paginação e Grafismo: Tiago Madeira | Revisão: Luís Lobo Fotos: Arquivo FENPROF | Impressão: MULTIPONTO, S.A. | Tiragem média: 50.000 ex. | Depósito Legal: 3062/88 | ICS 109940 | NIPC: 501646060 | O "JF" está aberto à colaboração dos professores, mesmo quando não solicitada. A Redação reserva-se, todavia, o direito de sintetizar ou não publicar quaisquer artigos, em função do espaço disponível. Os artigos assinados, bem como a ortografia adotada são da exclusiva responsabilidade dos seus autores.



editorial

FRANCISCO GONÇALVES (Secretário-Geral da FENPROF)

De que é feita a *aura* dos professores?

No início do ano letivo, ali para as bandas da Figueira da Foz, perante uma plateia de alunos, o ministro da educação Fernando Alexandre afirmou que, em manifestações, os professores perdem “a aura da profissão”, o que nos remete para uma máxima do tempo do António de Santa Comba - parece mal, não é um comportamento adequado a professores. Se foi calinada ou sarro do antigamente não sabemos, o que sabemos é que os professores em manifestação continuam a incomodar os inquilinos do n.º 2 da Avenida Infante Santo, como dantes incomodava os inquilinos de um outro prédio na 5 de outubro, um prédio destinado a residência estudantil e que, ao que parece, foi entregue à especulação imobiliária.

Num momento em que são tantas as frentes de luta que se abrem – às quais esta edição do JF dá o devido destaque –, do pacote laboral à reorganização do Ministério da Educação, Ciência e Inovação, do Orçamento do Estado para 2026 à Revisão do Estatuto da Carreira Docente, os professores não podem dar-se ao luxo de adormecer à sombra da recuperação do tempo de serviço, embalados por historietas do parece bem e do parece mal. O que os professores conseguiram no passado foi graças à luta. Foi assim com o fim da divisão da carreira, da PACC e da mobilidade especial. E foi assim, também, para recuperar o tempo de serviço congelado. Nunca se conseguiu tudo o que se reivindicava, mas foi pela luta que se conseguiram resultados.

Mas, mais do que instrumentos de ação reivindicativa, a manifestação, o protesto e a luta são formas de participação cívica, pois a democracia não se esgota no depósito de um voto numa urna sempre que há eleições. Se algum dia a democracia se esgotar no voto, é porque deixou de o ser, perdeu a sua componente participativa. Um professor tem responsabilidades sociais, tem obrigações

para com o regime democrático, portanto, ao manifestar-se, está, também, a dar uma aula, a mais importante da sua vida.

Uma nota final: o TALIS 2024 e “O Estudo de Diagnóstico das Necessidades Docentes 2025-2034” da DGEEC / NovaBSE vêm comprovar algo que a FENPROF há muito sublinha e sucessivos governos negaram: a profissão docente está envelhecida e os seus profissionais estão exaustos. O estudo da DGEEC / NovaBSE confirma o que o país já sabia: faltam professores. Para resolver o problema, a FENPROF insiste: é preciso valorizar urgentemente o ECD, melhorar salários, carreira, horários, condições de trabalho, apoios à deslocação e incentivos à fixação de professores em zonas carenciadas. Curiosamente ou não, nas recomendações do estudo encontramos estas reivindicações da FENPROF.

A nossa aura é a de continuar a lutar. Fazemos bem ao futuro! •

(*)aura

(au-ra)

nome feminino

1. [Linguagem poética] Vento brando e agradável. = ARAGEM, BRISA
2. [Medicina] Sensação, física ou psicológica, que precede um ataque ou uma crise de uma doença geralmente neurológica (ex.: *aura epiléptica*; *enxaqueca com aura*).
3. Suposta emanção fluidica que se crê emanar e ser parte essencial de um ser vivo.
4. [Figurado] Boa aceitação ou popularidade (ex.: o colíseu gozava então de grande aura; a aura popular foi passageira). = APLAUSO, FAVOR
5. [Figurado] Ambiente psicológico que parece envolver ou influenciar algo ou alguém (ex.: *o lugar estava envolto numa aura de mistério*; *os efeitos sonoros contribuem para aumentar a aura de terror*). = ATMOSFERA, CLIMA

aura vital

- Ar expirado. = ALENTO, HÁLITO, RESPIRAÇÃO

Origem: latim *aura*, -ae.

“aura”, in Dicionário Priberam da Língua Portuguesa [em linha], 2008-2025, <https://dicionario.priberam.org/aura>.

“

Num momento em que são tantas as frentes de luta que se abrem – às quais esta edição do JF dá o devido destaque –, do pacote laboral à reorganização do Ministério da Educação, Ciência e Inovação, do Orçamento do Estado para 2026 à Revisão do Estatuto da Carreira Docente, os professores não podem dar-se ao luxo de adormecer à sombra da recuperação do tempo de serviço, embalados por historietas do parece bem e do parece mal.



Primeira apreciação da FENPROF à proposta de OE 2026

- Irrealista, insuficiente e comprometida com lógicas de destruição da Escola Pública

Numa primeira apreciação, a FENPROF entende que a Proposta de Orçamento do Estado para 2026 confirma, mais uma vez, a desvalorização da Educação em Portugal, tratando-a como uma despesa de pouca relevância e não como um investimento. Deste modo, os aumentos orçamentais alegadamente previstos não estão à altura das necessidades estruturais do sistema e podem, mesmo, representar uma redução, tendo em conta, por exemplo, a inflação e a forma ardilosa como o governo faz os cálculos de um alegado crescimento.

Ainda esta semana dois estudos vindos

a público concluíam que há carência de professores e que a carreira docente está desvalorizada, confirmando o que a FENPROF tem dito:

- O ano letivo 2025/26 já arrancou com **3152 horários por preencher**, embora 18 899 docentes tenham sido colocados nos concursos. **Isso evidencia que o sistema está longe de responder às necessidades efetivas;**
- As reservas de recrutamento perderam mais de **13 % de candidatos** num só ano — com quedas expressivas em grupos como o 1.º CEB (–27,7 %), Inglês do 1.º CEB (–36,8 %) ou Português/Inglês (–42,3

%) —, o que sugere menor atratividade da profissão docente;

- Em inquéritos feitos pela FENPROF nas escolas, também se registam **sobrecargas, excesso de burocracia, incumprimento dos rácios de pessoal não docente e más condições físicas nos edifícios.**

Essa situação, manifestando-se já no início do presente ano letivo, tenderá a agravar-se se o OE 2026 não for ambicioso e não inverter o atual rumo de desinvestimento.

Assim, apesar de o discurso oficial insistir no reforço e na modernização do sistema educativo, a realidade é bem diferente e esta proposta demonstra que, infelizmente, essa situação não se alterará.

O Governo opta por ignorar, pura e simplesmente, esta realidade e não lhe responde adequadamente. Deste modo, a proposta orçamental de 2026 parece prever um aumento de 3,5 % na despesa com pessoal, no setor da Educação, com justificações ligadas à recuperação de tempo de serviço, contratação de novos profissionais e valorização da carreira. Isto significa que, deste montante, grande parte já se encontra “comprometida” por obrigação legal ou por compromissos assumidos. A valorização real da carreira ficará, assim, posta em causa se a Assembleia da República não corrigir esta situação.

Valorização da profissão docente não reconhecida

Facilmente se percebe que, tratando-se de uma proposta irrealista perante os desafios e as exigências que se colocam à ação do governo, é um Orçamento do Estado que confirma o adiamento ou mesmo o não reconhecimento da necessidade da aposta na valorização da profissão docente ou na criação de condições dignas para atrair e fixar professores. Ou seja, se parte desse aumento já estaria “pré-destinado”, a verba efetiva para valorização acaba por ser menor ou inexistente, como já referimos. Ao mesmo tempo, o prolongamento da negociação do Estatuto da Carreira Docente para 2027 e com produção de efeitos apenas em 2028, como o governo propõe e a FENPROF critica, indica que, até lá, não haverá efeitos concretos para muitos professores. A FENPROF exige que esta negociação ocorra no presente ano letivo, com efeitos já em 2026/2027.

A FENPROF baseia a sua leitura desta proposta de OE nos números do próprio governo:

- integração de 326,2 M€ de fundos europeus no “bolo” global;
- a estimativa do executado revela a existência de 252 M€ não realizados em 2025;
- cálculo do alegado crescimento com base na estimativa do realizado de 2025 e não no orçamentado falseia os dados e compara o incomparável;
- um crescimento efetivo do orçamentado para 2026 em relação a 2025 de apenas 0,9%;
- redução real da despesa com a Educação, tendo em conta a inflação prevista (2,1%-2,3%).

Cabe aqui perguntar a Fernando Alexandre, que afirmou recentemente que o aumento dos salários é fundamental para captar professores para o sistema: como pretende fazê-lo com a redução da despesa aqui apresentada? E, sobretudo, o que fez aos 252 M€ orçamentados para 2025 e não utilizados?

Mais uma vez, falha-se no essencial: garantir condições dignas para ensinar e aprender. É um orçamento que transforma a atual retórica sobre a “valorização da educação” num exercício vazio e, na prática, num verdadeiro insulto aos profissionais e às escolas públicas. Existe, assim, uma “retórica de valorização” que não encontra correspondência na realidade, os números apresentados “não batem” com a desejada resolução dos problemas. Desde logo, porque há estudos independentes que a FENPROF confirma e que alertam para o facto de, entre 2026 e 2030, muitos grupos de recrutamento entrarem em défice estrutural, caso nada mude.

Algumas implicações políticas de um Orçamento do Estado que não responde à realidade concreta

Tema / Problema	Fonte FENPROF/ independente	Conclusão
Falta de professores / horários por preencher	Abertura do ano letivo 2025/26 “com falta de professores, horários por preencher e erros nos concursos”.	Antes da entrada em vigor do OE 2026, há sinais visíveis de défice: “2025/26 já começou com mais professores por colocar, horários por preencher e falhas nos concursos”.
Queda no número de candidatos nos concursos	A FENPROF regista redução de candidatos nas reservas de recrutamento (-13,2 %) entre 2024/25 e 2025/26, com quedas expressivas em vários grupos de recrutamento (por exemplo, 1.º ciclo menos 27,7 %, grupo de Inglês do 1.º CEB menos 36,8 %, etc.).	É indicador da desvalorização da carreira docente ou da falta de atratividade da profissão.
Condições de trabalho, burocracia e sobrecarga	Em conferência de imprensa, a FENPROF denunciou irregularidades, sobrecarga, excesso de burocracia, incumprimentos nos rácios de pessoal não docente, entre outros.	Crítica feroz à falta de trabalho efetivo.
Revisão do Estatuto da Carreira Docente (ECD)	A FENPROF exige que a negociação avance já e rejeita que o novo ECD só entre em vigor em 2028. Quer que a revisão ocorra ainda durante o ano letivo 2025/26 para que o novo estatuto vigore em 2026/27.	Crítica ao “faz de conta” de valorização: enquanto se adia a revisão, não há efeitos concretos.
Sustentabilidade do sistema docente a médio prazo	Escassez crescente e risco de esgotamento das reservas de professores entre 2026 e 2030.	Este problema não é conjuntural, é estrutural — e a ausência de investimento adequado agora agrava um problema inevitável.
Críticas ao diálogo ou à ausência dele	A FENPROF critica que reformas (ex: “Reforma do MECI”) estejam a ser impostas sem participação efetiva das organizações representativas dos profissionais da educação.	Mais uma vez, é o faz de conta que serve, apenas, para criar a ilusão de que se está a negociar alguma coisa. E o tempo vai passando...



Para completar este panorama de destruição da Escola Pública, falta ainda saber que parte do OE2026 estará destinada ao processo de desmantelamento do MECI e à transferência de competências, designadamente para as CCDR. É, igualmente, essencial conhecer o valor alocado ao financiamento do setor privado da Educação, dado que tais opções significarão um novo desvio de recursos públicos que deveriam servir o fortalecimento da Escola Pública e não a sua substituição progressiva.

Em relação à **percentagem do PIB alocada à Educação**, e tendo em conta o crescimento previsto pelo Banco de Portugal (2,1%-2,2%) para 2026 (com base num PIB de 286.469,4 milhões de euros em 2025), o valor real destinado à Educação ronda apenas **2,6% do PIB**. Trata-se de um valor manifestamente insuficiente, que representa **menos de metade dos 6% recomendados** por organizações internacionais como o **Banco Mundial** e a **OCDE**.

Relativamente à **despesa com pessoal**, o aumento previsto de **3,5%** é apresentado pelo governo como destinado à valorização da carreira docente, à recuperação do tempo de serviço e à contratação de novos profissionais. Contudo, considerando o aumento salarial proposto de 2,15% para a Administração Pública – claramente insuficiente –, e reconhecendo que a **recuperação do tempo de serviço** e a **contratação** resultam de compromissos já assumidos, importa questionar: o que sobra, efetivamente, para a “valorização da carreira”?

Em suma, a Proposta de Orçamento do Estado para 2026 **confirma a repetição de mais um mau orçamento para a Educação**, persistindo em políticas que fracassaram e afastadas das reais necessidades das escolas, dos professores e dos alunos.

Este **desinvestimento contínuo na Escola Pública** não é um acaso nem um erro de cálculo — **é uma opção política deliberada deste governo, que fragiliza o ensino público e abre caminho à progressiva privatização e mercantilização da Educação**.

A FENPROF reafirma a sua exigência por uma educação pública, democrática, inclusiva, e adequadamente financiada.
| O Secretariado Nacional •

O ataque aos serviços públicos e às funções sociais do estado

FRANCISCO GONÇALVES (Secretário-Geral da FENPROF)

O programa do XXV Governo Constitucional – “Agenda transformadora para Portugal” –, tem virtuoso título, a dois tempos, como seu segundo eixo prioritário: “Reforma do Estado e Guerra à burocracia” primeiro, seguido de um “simplificar a vida dos cidadãos e das empresas”. Perante tão nobres intenções ficamos em sentido. Pois, só que de boas intenções...

Nas seis páginas do tal eixo prioritário retiramos algumas expressões, umas muito certas, outras que nos remetem, afinal, para propósitos que não os de uma função social do Estado. Está muito bem a referência que a “confiança é a base de uma administração mais ágil, mais humana e mais justa – e o antídoto contra a corrupção que se alimenta da opacidade e da lentidão”, mas a referência a uma “lógica de gestão orientada para os resultados” já desvia da lógica de uma gestão de serviço público para uma gestão empresarial, a quantidade toma o lugar da qualidade.

Das medidas, destaco quatro, às quais em vez de numerar, em jeito de tradução do politiquês para a vida docente, é dado nome:

PRIVATIZAÇÃO

“Rever o regime de governação do setor empresarial do Estado, reforçando a sua transparência e qualificação, e alienando participações não-estratégicas”;

MUNICIPALIZAR

“Aprofundar o processo de transferência de competências, garantindo meios financeiros adequados, incentivos, qualidade, coesão territorial e igualdade de oportunidades, confiando às autarquias locais, comunidades intermunicipais e áreas metropolitanas a responsabilidade efetiva pela gestão dos serviços públicos, tornando-os mais eficientes e próximos dos cidadãos”;

ADD

“Evoluir para um sistema de avaliação simples, desburocratizado, dando autonomia e

responsabilidade aos avaliadores e maior peso ao desempenho como critério de progressão por oposição ao critério da antiguidade”;

SELEÇÃO E RECRUTAMENTO DE PESSOAL

“Criar uma única entidade (através da fusão da DGAEP, INA, SSAP e ligação funcional à CRESAP, mantendo a autonomia decisória desta última), que agregue várias funções e fases do ciclo-de-vida da política de pessoas e recursos humanos da Administração Pública, designadamente, políticas de recursos humanos, gestão de carreiras, compensação e benefícios, seleção e recrutamento de dirigentes e trabalhadores, avaliação, e formação, desenvolvimento e conhecimento dos trabalhadores e colaboradores do Estado” •

Não é a burocracia que é combatida nem a simplificação da vida dos cidadãos o que se perspetiva, tão só o desmantelamento das funções sociais do Estado, a sua privatização e a desresponsabilização do Estado Central, sobrando das funções sociais do Estado apenas uma componente assistencialista, uma almofada social.

A falta de Professores

Medidas paliativas não resolvem o problema

JOSÉ FELICIANO COSTA (Secretário-Geral da FENPROF)

Os números divulgados pelo MECI, em agosto, confirmavam a profundidade do problema: o ano letivo voltava a iniciar-se com falta de docentes — e a situação agravava-se. Mais de 3000 horários por preencher e, simultaneamente, menos cerca de 3000 docentes nas reservas de recrutamento. Uma redução generalizada de candidatos, com maior incidência em alguns grupos de recrutamento, nomeadamente no 1.º ciclo do ensino básico.

A distribuição geográfica mostrava que o fenómeno era mais visível na região de Lisboa e na Península de Setúbal, mas fazia-se sentir também no Alentejo e no Algarve, estendendo-se já ao Norte do país, incluindo a área metropolitana do Porto.

O ministro, num discurso frequentemente contraditório, ora negava a realidade — garantindo que “em pelo menos 98% das escolas os alunos terão aulas a todas as disciplinas” —, ora a reconhecia, ao admitir que “falta, pelo menos, um professor em 78% das escolas”. Alegava ainda que a ausência de docentes não correspondia necessariamente a alunos sem aulas,

argumentando que existiam mecanismos para as assegurar.

Entre esses mecanismos, destacava a atribuição de horas extraordinárias e, surpreendentemente, a relevância dos sumários, culminando num inédito despacho ministerial que determinava o registo obrigatório dos sumários das aulas.

Pré-escolar e 1.º Ciclo, drama particularmente grave

É evidente que a imposição de horas extraordinárias — que afetam, nos planos físico e psicológico, um corpo docente já profundamente desgastado — apenas serve para impedir que o problema se agrave ainda mais.

Quanto aos sumários, é absurdo pensar

que se possa substituir um docente de qualquer disciplina por um simples registo de atividades, por muito interessantes que estas possam ser, quando não correspondem aos conteúdos da disciplina em falta.

Trata-se de um drama particularmente grave no pré-escolar e no 1.º ciclo — os alicerces de todo o percurso educativo, onde tudo começa e qualquer falha deixa marcas irreversíveis.

Os números dizem que continuam a faltar, no 1.º ciclo, mais de duas centenas de horários completos, com implicações em mais de 6000 alunos. Não é com planos I e II — meras medidas paliativas — que se resolve o problema. Valorizar a carreira é urgente e já! •

1.º Ciclo

Um expressivo caso de falta de professores

CÁTIA DOMINGUES (membro do SN da FENPROF)

O ano letivo de 2025/2026 abriu, mais uma vez, com turmas do 1.º ciclo sem professor titular, deixando centenas de crianças em casa, privadas do seu direito à educação. Este é o retrato da crise docente: uma profissão desvalorizada, mal remunerada e sujeita a condições de trabalho insustentáveis. No 1.º ciclo, a carga é particularmente pesada. Um só professor assume a totalidade das disciplinas,

acompanha a turma durante quatro anos, é responsável pela ligação às famílias e ainda suporta uma burocracia interminável. Tudo isto com horários longos, baixos salários, turmas sobrelotadas e condições de trabalho pouco atrativas. Não admira, por isso, que muitos docentes abandonem este grupo de recrutamento à primeira oportunidade, procurando outros onde consideram que o desgaste é menor e as condições de trabalho ligeiramente mais favoráveis.

A resposta do Ministério tem sido agravar o problema: em vez de atrair e fixar docentes, recorre a não profissionalizados e sobrecarrega coordenadores, docentes de educação especial e professores de apoio educativo com substituições, comprometendo a qualidade do ensino e o apoio a milhares de alunos que dele necessitam.

Ao mesmo tempo, prepara uma “reforma” que retira responsabilidades ao MECI e abre portas à privatização, deixando a escola pública ainda mais vulnerável.

A FENPROF reafirma: não se resolve a falta de professores baixando a exigência da profissão, mas sim valorizando-a.

É urgente investir no 1.º ciclo e na escola pública, garantir carreiras dignas, valorizar a profissão docente e criar condições de trabalho que atraiam e fixem os docentes. Só assim se defende a Escola Pública e se assegura às crianças o direito a uma educação plena e de qualidade. •





A inclusão não se proclama, constrói-se

Como não há recursos suficientes, multiplicam-se as situações inaceitáveis: muitos docentes do ensino regular

permanecem nas turmas – já com elevado número de alunos –, sem qualquer acompanhamento especializado, acabam por ficar “abandonados” na aula. Isto é inaceitável! Isto é discriminar os alunos com Necessidades Específicas! Isto não é inclusivo! Isto viola direitos fundamentais!

Neste ano letivo, a situação agravou-se ainda mais. A grave falta de docentes no 1.º ciclo do ensino básico tem levado muitos diretores a retirar docentes da Educação Especial das suas funções, para assumirem turmas.

Os alunos destes docentes da Educação Especial são distribuídos pelos outros colegas da Educação Especial (se ainda sobrar algum), sobrecarregando ainda mais estes docentes e comprometendo o apoio a todos. Isto é um profundo desrespeito pelos alunos com Necessidades Específicas e pelos docentes da Educação Especial! ●

Anualmente, a FENPROF realiza levantamentos junto das direções das escolas sobre a implementação do DL 54/2018, nomeadamente o número de alunos apoiados por cada docente da Educação Especial. É com base nestes levantamentos que denunciamos o tempo muito limitado que cada docente da Educação Especial acaba por ter para apoiar cada aluno, dado o número elevado de alunos a apoiar.

são levados a optar por não ter os alunos com Necessidades Específicas nas salas. Tal faz com que estes alunos não estejam integrados nas atividades regulares, por vezes não trabalhando diretamente com eles; caso os alunos com Necessidades Específicas não fiquem nas salas de aula, vão para uma sala onde se trabalha individualizadamente com alguns destes alunos. Assim sendo, o espaço fica sobrelotado e sem profissionais suficientes para apoios de qualidade; alunos com Necessidades Específicas que

AGSE: duvidosa constitucionalidade

MARTA CRUZ (membro do SN da FENPROF)

A entrada em vigor do Decreto-Lei n.º 99/2025, de 28 de agosto, criou a Agência para a Gestão do Sistema Educativo, IP (AGSE) e extinguiu o IGeFE, a DGAE e a DGEstE.

A AGSE é um organismo da administração indireta do Estado, dotado de autonomia administrativa, financeira e patrimonial, para concentrar em si todas as funções de apoio à gestão do sistema educativo nas suas diferentes dimensões e vertentes. No entanto, constata-se que as reais atribuições deste organismo vão muito para além daquelas que, até aqui, estavam sob a alçada das extintas DGAE e DGEstE e, extravasando largamente o plano do apoio ou da execução, são-lhe conferidos amplos poderes de decisão e de disposição sobre matérias que, por natureza, fazem parte da reserva legislativa e de atuação administrativa do Governo.

Por intermédio deste diploma, o MECI assume-se como um mero regulador do

funcionamento do sistema educativo e da escola pública, função que nem sequer chegará a cumprir, na prática, atentas as vastíssimas competências que atribui à nova AGSE.

É, assim, nosso entendimento que este modelo contraria diplomas fundamentais do nosso Estado de Direito, entre os quais os artigos 73.º e 199.º da Constituição da República Portuguesa, os princípios gerais da Lei de Bases do Sistema Educativo (LBSE) e a Lei Quadro dos Institutos Públicos que, no seu artigo 8.º, prevê que os institutos públicos não podem ser criados para desenvolver atividades que, nos termos da Constituição, devam ser desempenhadas por organismos da administração direta do Estado.

Este diploma é, assim, pioneiro no plano maior de reforma do Estado, que mexerá com os pilares básicos da sua organização e funcionamento. ●



Ano letivo arranca com forte alerta para retrocessos e incertezas

FENPROF exige valorização da profissão docente e da escola pública

O ano letivo de 2025/2026 iniciou-se com fortes preocupações: alterações à legislação laboral, reorganização do Ministério da Educação, Ciência e Inovação (MECI), agravamento da falta de professores, adiamento da revisão do ECD e persistência de graves problemas no ensino privado.

A FENPROF, em conferência de imprensa, confirmou, com base num levantamento nacional, o aumento da carência de docentes: mais horários por preencher e mais de 100 mil alunos sem todos os professores no arranque do novo ano. O envelhecimento da profissão — com dois terços dos docentes acima dos 50 anos — e a escassez de novos candidatos (apenas 1200-1400, em média, ingressam anualmente na formação inicial) projetam um cenário alarmante de 4 mil aposentações anuais nas próximas décadas, sem serem devidamente compensadas.

Perante esta realidade, a revisão do Estatuto da Carreira Docente é uma urgência. A FENPROF exige uma nova estrutura de carreira que assegure progressões justas, elimine ultrapassagens e atualize anualmente os índices salariais. Reclama o cumprimento efetivo das 35 horas semanais, a distinção clara entre componente letiva e não letiva e limites ao número de turmas, níveis e alunos atribuídos. Defende ainda reduções da componente letiva com a idade e o tempo de serviço para todos os docentes, bem como compensações adequadas para docentes deslocados.

Para combater a escassez de professores em zonas carenciadas, a FENPROF propõe medidas concretas: suplementos remuneratórios, apoios à habitação, prioridade na formação e benefícios fiscais. Sem incentivos reais, o abandono e a instabilidade continuarão a agravar-se.

O inquérito nacional realizado revela que 65% das escolas têm falta de recursos humanos, metade das quais de professores, confirmando o agravamento face ao ano anterior. Persistem ainda a falta de técnicos especializados, a sobrecarga burocrática e a degradação das condições de trabalho. Perante esta situação, a FENPROF decidiu retomar as greves ao sobretrabalho e às horas extraordinárias, a partir de 16 de setembro (ver nota neste número do JF).

No plano laboral, o Governo avança



com propostas que representam um claro retrocesso: mantém a caducidade da contratação coletiva, restringe o direito à greve e alarga o conceito de “necessidades sociais impreteríveis”, limitando direitos fundamentais de educadores e outros trabalhadores. A FENPROF participará em todas as ações e manifestações convocadas pela CGTP-IN, reafirmando que o ataque aos direitos laborais nunca foi caminho para melhorar a vida dos trabalhadores.

No ensino privado, as condições são ainda mais preocupantes: salários baixos, horários alargados e ausência de progressão digna. O aumento da carga letiva e as diferenças salariais contribuem para a saída de docentes, enquanto muitas entidades patronais continuam a beneficiar de financiamento público sem o refletirem nas condições de trabalho.

A reorganização do MECI, determinada pelo Decreto-Lei n.º 99/2025, que cria a AGSE e extingue a DGAE, DGEstE e IGeFE é encarada pela FENPROF como o primeiro passo para a mercantilização do sistema educativo e abre portas à gestão de importantes segmentos do funcionamento das escolas. Trata-se de uma violação das competências governamentais previstas na Constituição. Por isso, a FENPROF decidiu solicitar a fiscalização sucessiva da constitucionalidade ao Presidente da República e à Provedora de Justiça.

A FENPROF reafirma o seu compromisso com os professores e educadores, com a Escola Pública e com o direito de todos a uma educação de qualidade. Defender a profissão docente é garantir o futuro da Educação em Portugal. | Redação do JF •

“
Para combater a escassez de professores em zonas carenciadas, a FENPROF propõe medidas concretas: suplementos remuneratórios, apoios à habitação, prioridade na formação e benefícios fiscais. Sem incentivos reais, o abandono e a instabilidade continuarão a agravar-se.



Ciência sob ameaça

Precariedade, subfinanciamento e reduzida democracia impossibilitam um combate sério aos desafios globais, alerta a FENPROF

A noite de 26 de setembro de 2025 foi palco de mais uma edição da **Noite Europeia dos Investigadores (NEI)**, em que cientistas dos mais variados locais do país celebraram a ciência e partilharam os seus trabalhos, abrindo-se à comunidade. A par da iniciativa, realizaram-se ações de sensibilização promovidas pela FENPROF, em conjunto com diversas estruturas representativas do setor, em Aveiro, Coimbra, Évora, Lisboa e Porto.

Essas ações tiveram como objetivo sensibilizar o público para a relevância da investigação científica na construção de um futuro sustentável e inclusivo. Mas dirigiram-se também ao governo, exigindo o efetivo reconhecimento social do trabalho científico, através da mais que urgente integração dos



trabalhadores científicos em carreiras, do necessário aumento do financiamento do ensino superior e da ciência e também da recuperação da vivência democrática nas instituições.

Esta iniciativa assume particular importância no atual contexto, marcado por três grandes ameaças à Ciência em Portugal. **A primeira** é a precariedade estrutural das carreiras científicas, que se mantém apesar da consagração legislativa de mecanismos de integração, como o novo ECIC, e de programas recentes,

como o FCT-Tenure. **A segunda** prende-se com a orientação progressiva do financiamento da ciência e das suas instituições para a resolução de problemas dos mercados – bem visível no último concurso a projetos em todos os domínios científicos – e na crescente promoção da ciência aplicada, em detrimento da ciência pura. **A terceira** corresponde à falta de democracia institucional, agravada pelo RJIES e por decisões governamentais tomadas sem consulta à comunidade científica, como a extinção da FCT e a sua fusão com a ANI.

A FENPROF e as outras organizações representativas dos trabalhadores científicos em Portugal copromotoras da iniciativa reafirmam o compromisso de continuar a lutar com os trabalhadores do setor pela dignificação do trabalho científico e de todos os trabalhadores do ensino superior e da ciência, bem como pela melhoria e pelo desenvolvimento do Sistema Científico e Tecnológico Nacional.

A FENPROF estará, como sempre esteve, ao lado de todos os trabalhadores científicos, doutorados e não doutorados, com contrato de trabalho ou bolsa, para denunciar a insustentabilidade deste sistema e lutar por uma ciência pública que possibilite mais conhecimento e uma sociedade mais justa e inclusiva. ●

“
As ações de sensibilização realizadas pela FENPROF, a par da iniciativa Noite Europeia dos Investigadores, tiveram como objetivo sensibilizar o público para a relevância da investigação científica na construção de um futuro sustentável e inclusivo. Mas dirigiram-se também ao governo, exigindo o efetivo reconhecimento social do trabalho científico

Carta Aberta ao Ministro da Educação, Ciência e Inovação

FENPROF reafirma: os professores não abdicam da sua dignidade

Senhor ministro,

A FENPROF não pode deixar de lamentar que, no momento em que nos aproximamos do 50.º aniversário da aprovação da Constituição da República Portuguesa (CRP), o responsável pelo Ministério da Educação, Ciência e Inovação desvalorize o direito à manifestação previsto no respetivo art.º 45.º e desvalorize, também, a importância fundamental de que o exercício de tal direito se reveste para o progresso da sociedade, para a democracia e, no caso em apreço, para a defesa da condição docente perante governos que a têm atacado. Tal assume maior gravidade quando a desvalorização – que atinge diretamente os professores e educadores, a quem não têm faltado fortes razões para se manifestarem – acontece pela boca do ministro, perante uma plateia repleta de crianças e jovens, a quem deveria ser transmitido o valor da democracia e dos direitos que a sustentam.

Senhor ministro,

As lutas dos professores sempre tiveram como objetivo o progresso: melhores condições de vida e de trabalho, valorização social e material da profissão, estabilidade, reforço do investimento na Educação e concretização de uma escola pública democrática, de qualidade, inclusiva e para todos. Muitos têm sido os governos que se guiaram por outros objetivos e que, por certo, não apreciaram a contestação que isso provocou.

Mesmo quando era proibido e até muito perigoso fazê-lo, em tempos de ditadura e fascismo, muitos professores e educadores arriscaram lutar e nunca por isso perderam a sua «aura» ou diminuíram a sua condição profissional e de cidadania. Antes a reforçaram, através da coragem com que enfrentaram a precariedade, a ausência de direitos e as injustiças de um sistema que os explorava e desconsiderava. Recorde-se o exemplo dos Grupos de Estudo do Pessoal Docente, embrião dos sindicatos progressistas que nasceram com Abril.

Não obstante isso não ter agradado ao poder, a luta dos professores, incluindo as manifestações que se tornaram direito e expressão da democracia, foi sempre determinante para a conquista de legítimos direitos, a resolução de problemas e a melhoria da condição docente.



“A luta dos professores, incluindo as manifestações que se tornaram direito e expressão da democracia, foi sempre determinante para a conquista de legítimos direitos, a resolução de problemas e a melhoria da condição docente

Senhor ministro,

Entende a FENPROF que, em vez de se deter em considerações sobre a «aura» dos professores, deveria antes reconhecer que a prolongada ausência de soluções estruturais, há muito exigidas, é que continua a impedir a valorização da profissão e da condição docente e a agravar problemas centrais que a educação enfrenta, como a crescente falta de professores.

A FENPROF não pode deixar de assinalar, ainda, que as impróprias declarações do titular da pasta feitas perante uma plateia de jovens em formação são proferidas por alguém que integra um governo que já confirmou a intenção de atacar outros direitos fundamentais em democracia, como

seja o exercício do direito à greve que a CRP também consagra.

Entenderá o senhor ministro e o seu governo que o silêncio, a mera aceitação e a submissão são a garantia de uma “aura” de virtudes? Os professores e educadores certamente não partilham dessa visão.

A FENPROF reafirma que os professores não abdicam da sua dignidade, da sua autoridade, nem do seu direito à luta. E continuarão a educar pelo exemplo, opondo-se a arbitrariedades e injustiças, em defesa da profissão, dos alunos e da Escola Pública democrática que Abril conquistou. •

Lisboa, 17 de setembro de 2025
O Secretariado Nacional da FENPROF



impressões

JOAQUIM CARVALHO (membro do SN da FENPROF)

Cidadania e Desenvolvimento: a verdadeira estratégia

Vamos reforçar o cultivo dos valores constitucionais e libertar a disciplina das amarras a projetos ideológicos ou de fação". Foi assim que, em outubro de 2024, Luís Montenegro, no 42.º Congresso Nacional do PSD, se dirigiu à plateia. Quem lá esteve garante que esta frase lhe rendeu a ovação da noite.

Feito o repto do Governo e cedendo a um populismo que parece, cada vez mais, fonte segura para assegurar votos, o ministro Fernando Alexandre curvou-se perante uma agenda retrógrada e obscura, tornando-se coautor de um facto político que se alimentou de uma (já antiga) falsa polémica em torno da disciplina de Cidadania e Desenvolvimento. Em nome dessa estratégia eleitoralista, a tutela não hesitou em colocar em causa uma das dimensões mais estruturantes da formação integral de crianças e jovens – a educação para a sexualidade –, nem em sacrificar a dignidade e o profissionalismo dos professores, transformando-os, mais uma vez, em alvo de suspeição.

Sob o pretexto de que estes temas “pertencem à família” e não à escola, alimentou-se um debate artificial que serviu mais a agitação ideológica e o entrincheiramento de posições do que a melhoria das práticas educativas. A consulta pública sobre a revisão da ENEC* e das AE* foi, desde o início, uma operação de maquilhagem política. Ainda assim, a FENPROF, fiel ao seu compromisso com uma educação progressista e emancipadora, participou no processo, apresentando contributos e sublinhando a importância de uma cidadania que integre a igualdade de género, o combate à discriminação e a educação para uma sexualidade informada, livre e responsável. Talvez por vergonha ou

por cálculo político, os novos documentos, agora em vigor, evidenciam um recuo face à proposta inicial. Mas não nos iludamos: o dano à credibilidade da disciplina, à imagem dos professores e à confiança na Escola Pública está consumado.

A súmula final desta história é simples, porém preocupante, já que a tutela continua a recusar-se a enfrentar de frente um dos verdadeiros problemas da Educação: **a falta de professores**. Para tal, recorre a uma receita antiga e por nós há muito conhecida: fabrica-se uma polémica, fomenta-se a desconfiança, a divisão alastra, a apatia instala-se. A FENPROF está, como sempre, atenta, reivindicativa e combativa, e não pode deixar de convocar todos os professores para que, com lucidez, firmeza e coragem, se mantenham vigilantes e solidários na defesa da liberdade de ensinar e da dignidade de uma profissão que clama, uma vez mais, por respeito e valorização. •

*ENEC - Estratégia Nacional de Educação para a Cidadania

*AE - Aprendizagens Essenciais



O ministro Fernando Alexandre curvou-se perante uma agenda retrógrada e obscura, tornando-se coautor de um facto político que se alimentou de uma (já antiga) falsa polémica em torno da disciplina de Cidadania e Desenvolvimento





duas palavras

JACKELINE VIEIRA (jackeline@spmadeira.com)

Um bom professor deve ser sindicalista

Um bom professor deve ser sindicalista. Quem não sabe lutar pelos direitos do coletivo dificilmente ensina os alunos a pensar de forma crítica. Vivemos numa sociedade cada vez mais egoísta, onde cada um olha apenas para si e esquece que o verdadeiro progresso só existe quando é partilhado.

Numa escola, se estivermos sozinhos, estamos desprotegidos; com o sindicato, somos mais fortes — e nunca nos sentimos sós.

Dizem que os professores perdem a “aura” quando reivindicam.

É um pensamento estranho — talvez de quem não sabe ver a luz que vem de dentro. Porque quem luta tem o brilho nos olhos, e só não o vê quem não quer.

O sindicalismo é luta, mas também é paz.

Muitos não sabem o propósito da sua vida neste planeta; os sindicalistas sabem-no bem: **lutar por todos, para que tenham uma vida digna.**

Curiosamente, muitos criticam quem luta por eles.

Atiram pedras, mas depois beneficiam das conquistas.

Há quem diga que os sindicatos só defendem preguiçosos, para que façam pouco e ganhem muito.

É mentira. O sindicalismo não é feito de preguiça — é feito de **esperança.**

A esperança de construir uma sociedade com boas escolas, hospitais de qualidade e reformas dignas;

Um Estado Social para todos e, sobretudo, justo.

Os sindicalistas trabalham horas para além do número convencionado, para que sejam respeitados os horários dos trabalhadores.

No caso dos professores, participam em manifestações e outras formas de luta ao sábado, ao domingo e nos feriados, para que o que já foi conquistado não seja roubado — e sempre na procura de conquistar mais.

Um professor com um horário equilibrado e vencimentos justos com certeza exercerá com

outra serenidade e qualidade a sua profissão.

Sim, por vezes os sindicalistas parecem “maluquinhos” — sempre a gritar, sempre a marchar.

Mas não é loucura. **É coragem.**

Enquanto muitos se refugiam no bem-estar individual, o sindicalista sabe que só há bem-estar verdadeiro quando os que estão à nossa volta também vivem com dignidade.

Lutar pelos outros é também lutar por nós.

Os sindicalistas são as vozes que gritam pelos povos em guerra, pelos que já não podem gritar.

São a voz da ética, contra o genocídio, contra a opressão, contra a indiferença. Lutam pela paz, pela justiça e por uma humanidade guiada por valores — e não pela ganância.

E os professores sindicalistas fazem tudo isto com uma arma ainda mais poderosa: **a educação.**

Educam para formar pessoas melhores, que possam criar um mundo melhor.

Um mundo sem sindicatos seria, sem dúvida, um mundo pior. •

CARTOON Henrique Monteiro



Ano letivo iniciou-se com 5300 alunos sem aulas

SPE avança propostas para a falta de professores no estrangeiro

BRUNO SILVA (Presidente do SPE, membro do SN da FENPROF)

O arranque do presente ano letivo no Ensino Português no Estrangeiro (EPE) fica marcado pela flagrante falta de professores, com alunos sem aulas e com problemas antigos agudizados e que carecem de soluções urgentes! Este ano inicia-se com mais 5300 alunos sem aulas e com 40 horários sem professor colocado! Números apurados com base nos horários a concurso na Rede EPE para o presente ano escolar. No mês de outubro e já após as colocações da 2.^a manifestação de preferências do procedimento concursal do Camões I.P. e após as colocações resultantes da contratação local, a situação continua caótica, pois ainda há falta de 26 professores o que agrava a situação de 3700 alunos sem aulas. A área mais crítica verifica-se no EPE-França, onde ainda estão por colocar 21 professores, sendo que, destes, 15 docentes estão em falta na problemática região parisiense, o que, pela análise dos respetivos horários a concurso, leva a concluir que, só nesta área, ainda existem mais de 2300 alunos sem aulas!

O aumento da falta de professores coloca em causa a estabilidade da Rede EPE, pois são horários desertos, sem candidatos e consequentemente alunos sem aulas, o que provoca a desmotivação e o desalento dos encarregados de educação espalhados pela diáspora sem ensino assegurado para os filhos, levando assim à revolta e à desistência de inúmeros alunos em frequentar os cursos.

Os motivos para a falta de professores no EPE têm sido identificados, há décadas, pela nossa organização sindical aos sucessivos governos. Reiteradamente, evidenciámos que a estagnação do EPE se deve à falta de medidas de valorização da profissão e da vida dos docentes deste sistema de ensino. Importa realçar que a falta das mesmas tem levado a que, sistematicamente, docentes que lecionavam na rede se desmotivassem e desistissem do EPE e a sua atitude impeliu novos professores a abandonarem a ideia de aceitarem as colocações na rede EPE por verificarem *in loco* as exigências e dificuldades financeiras com que se deparam e para as quais as remunerações propostas e os horários de trabalho que lhes são apresentados não se adequem às exigências mínimas da sua exequibilidade, retirando-lhes a motivação inicial, por absoluta incapacidade de satisfação de necessidades



Paris



Luxemburgo

O SPE/FENPROF promoveu recentemente plenários sindicais, no Luxemburgo e em Paris. Estes encontros contaram com uma presença significativa de docentes e ainda com a colaboração especial do Secretário-Geral da FENPROF José Feliciano Costa e da Dr.^a Lídia Bôto enquanto jurista do SPGL e da Federação. Estes plenários sindicais sobre o Ensino Português no Estrangeiro (EPE) foram enriquecidos com apresentações e debates sobre diversificadas e importantes matérias que preocupam os docentes deste setor.

mínimas como alojamento e transportes.

As chaves-mestras que podem modificar o contexto alarmante em que vive o EPE, e que reiteradamente temos denunciado, passam pela revisão do Regime Jurídico, introduzindo neste mais apoios para os professores, tais como a aplicação de um subsídio de instalação, a atribuição de um apoio mensal de residência, bem como

outras medidas que introduzam mudanças estruturais e atualizadas às novas realidades organizacionais dos sistemas de ensino nos países de acolhimento e às acrescidas funções imputadas aos docentes, para que garantam melhores condições de trabalho e horários dignos, de forma a não descuidar a justiça laboral e a exigência para a qualidade da educação e do ensino •



Discutir e Agir

Plenários em todo o país juntam professores em grande debate nacional

A FENPROF está a convocar um conjunto de reuniões sindicais na forma de plenários de diferentes abrangências, de acordo com os locais e datas que constam da listagem que aqui também divulgamos.

Para os devidos efeitos, em representação dos seus sindicatos SPN, SPRC, SPGL e SPZS, a FENPROF comunicou a realização das reuniões sindicais indicadas como plenários a ocorrer de dia 14 de outubro a dia 4 de novembro de 2025. As reuniões terão lugar nos concelhos e locais identificados, com início às horas indicadas.

Os/as docentes poderão participar na reunião/plenário da sua conveniência e justificar as faltas necessárias a esse fim com recurso às horas que a lei confere aos trabalhadores para reuniões sindicais em horário de trabalho: 15 horas anuais que contam como tempo de serviço efetivo, cuja utilização é da responsabilidade de cada um(a), não estando dependente de outros condicionamentos decididos localmente.

Na ordem de trabalhos das reuniões em apreço constam os seguintes assuntos:

- Pacote laboral e suas graves implicações para os docentes
- "Reforma do Estado" e o desmantelamento do MECI
- Orçamento do Estado/2026, as nossas exigências e o bloqueio à negociação

- Revisão do ECD, adiamento pretendido pelo MECI e propostas da FENPROF
- Situação na educação especial e a degradação das respostas da Escola Pública
- Ação reivindicativa dos professores e educadores: lutar, ou deixar acontecer?!

A FENPROF assinala a urgência da realização das reuniões sindicais convocadas e a necessidade de que elas decorram, para a generalidade dos/as docentes, em período de

trabalho. Nas reuniões participarão dirigentes da FENPROF e dos seus sindicatos.

Nos termos da legislação em vigor e do ofício do ME n.º 1318/2017, de 19 de abril, no dia da reunião/plenário em que participarem, os/as docentes usarão o número de horas do crédito que for necessário para o efeito. Estas ausências ao serviço não determinam qualquer desconto no vencimento a auferir e não podem, em circunstância alguma, acarretar prejuízos para os docentes. ●

Plenários nacionais on-line são para manter

A FENPROF continua a privilegiar o contacto direto com os professores, promovendo plenários on-line sempre que há reuniões com o Ministério da Educação, Ciência e Inovação.

Estes encontros são momentos fundamentais para informar, esclarecer e ouvir quem todos os dias faz a escola acontecer.

No atual processo negocial do Estatuto da Carreira Docente (ECD), é essencial que cada professor conheça o que está em causa e participe ativamente na defesa da sua profissão. A FENPROF não abdica de lutar por uma carreira valorizada, justa e atrativa, nem de exigir respeito pelo trabalho e pelos direitos de quem ensina.

Só com unidade, participação e determinação será possível alcançar as mudanças que a escola pública precisa.

Junta-te aos plenários, faz ouvir a tua voz e ajuda a construir o futuro da profissão docente.

Professores voltaram a sair à rua!

JOSÉ PAULO OLIVEIRA (Jornalista)



O Dia Mundial do Professor comemora-se em todo o mundo no dia 5 de outubro. É um importante dia de denúncia das injustiças cometidas sobre os docentes, à escala planetária, de intervenção pela realização de um conjunto de direitos não consagrados e de comemoração da valorosa dimensão social e formativa dos Professores e Educadores. Em Portugal, comemorou-se na rua, por convocatória da FENPROF, no dia 4 de outubro.

“Os Professores estão atentos!” foi, sem dúvida, uma das mensagens que sobressaiu da iniciativa com que a FENPROF assinalou o Dia Mundial do Professor, em Lisboa: uma concentração no jardim do Arco do Cego, seguida de desfile pela rua Dona Filipa de Vilhena com destino à Presidência do Conselho de Ministros, no complexo da CGD, ao Campo Pequeno.

Para as organizações promotoras desta comemoração a nível internacional (UNESCO, UNICEF, OIT e IE – Internacional de Educação), este dia representa uma oportunidade para realçar a importância da profissão docente e a necessidade da sua dignificação, como condição essencial para a valorização da escola

e da educação. Foi o que aconteceu na capital portuguesa no passado dia 4 de outubro (sábado, véspera da data oficial da comemoração), num contexto marcado pelas ameaças do governo aos trabalhadores, incluindo os professores, educadores e investigadores, através de um famigerado Pacote Laboral que, no caso da educação, aponta para o reforço da precariedade e o desinvestimento. Um contexto marcado também pela ausência de respostas efetivas para a progressiva falta de professores no nosso país, que afeta milhares de alunos.

“Pacote laboral, retrocesso social”, “Professores estão na rua, a luta continua” e “Só com negociação se dá voz à profissão” foram algumas das palavras de ordem ouvidas no desfile, subordinado ao tema geral das comemorações “Unidos pela Profissão. Unidos pelo Futuro”.

Determinação e espírito de combatividade, num ambiente de festa e luta, marcaram esta jornada, que lembrou ao governo os compromissos assumidos internacionalmente e reclamou de novo a valorização da profissão docente, tema em foco nas intervenções dos Secretários-Gerais, José Feliciano Costa e Francisco Gonçalves.

Investir na Educação!

O desfile chegou ao seu destino às 15h50, iniciando-se a sessão com um momento musical a cargo do grupo “Tromboníssimo”, da Orquestra Académica Portuguesa, de Lisboa, constituído por 4 músicos: Bernardo Branco, Alexandre Costa, Bárbara Moody e Marco Cominho. A Orquestra é coordenada por David Bracke e está aberta a todos os interessados (oap@oap.pt).

A primeira intervenção pertenceu ao Secretário-Geral José Feliciano Costa, que alertou para as consequências do desinvestimento nos serviços públicos e considerou que as políticas do Governo para o trabalho constituem um autêntico “retrocesso civilizacional”, numa “lógica neoliberal” e de “ajuste de contas contra os trabalhadores e o 25 de Abril”.

Com o pacote laboral, acrescentou, pretende-se incentivar mais precariedade e mais desregulação dos horários. Pode ser uma “tempestade perfeita”, alertou José Feliciano Costa.

A grave situação que se vive na Palestina esteve também presente na intervenção do dirigente sindical, que condenou o genocídio provocado por Israel. “Com a destruição das escolas e das universidades fica comprometido o direito à educação na Palestina”, sublinhou.

Relação professor-aluno como Património da Humanidade

Membro do Secretariado Nacional da FENPROF e do Comité Executivo da Internacional de Educação, Manuela Mendonça também se dirigiu aos participantes, lembrando o significado do 5 de outubro, Dia Mundial do Professor e destacando o apelo dirigido à UNESCO para que inicie o processo conducente à aprovação pela Conferência Geral de uma Declaração que reconheça a relação professor-aluno como Património da Humanidade.

Tiago Oliveira alertou para “o ataque enorme aos direitos dos trabalhadores”, patente nas propostas do Pacote Laboral cozinhado pelo Governo, em que “público e privado estão no alvo”. O Secretário-Geral da CGTP-IN abordou alguns dos pormenores deste ataque, apontado, entre outros, o direito à greve, a liberdade sindical e a contratação coletiva, salientando que o executivo de Montenegro quer “normalizar a precariedade”.

Tiago Oliveira falou da necessidade de “elevar o patamar da luta” e realçou a importância da jornada de luta (Marcha Nacional contra o Pacote Laboral), de 8 de novembro em Lisboa.

Professores na Greve da Administração Pública

A última intervenção pertenceu ao Secretário-Geral da FENPROF, Francisco Gonçalves, que



“Para a carreira melhorar, continuamos a lutar”

Minutos antes da manifestação sair do Arco do Cego para a sede do Governo, o Secretário-Geral da FENPROF Francisco Gonçalves afirmou ser necessário, “com urgência, valorizar a carreira e o estatuto da profissão, melhorar salários, ter uma carreira mais curta, resolver os problemas dos horários de trabalho”. É necessário uma “revalorização urgente do estatuto da carreira docente e não como pretende fazer o Ministério - prolongar isto até 2027, o que não resolve o problema”, afirmou. | Lusa, 4/10/2025

“A Educação não pode esperar”

“Aqui, hoje, neste local, junto à Presidência do Conselho de Ministros, reafirmamos este nosso compromisso para lembrar a este governo, a este Primeiro Ministro e a este Ministro da Educação e da Ciência que não abdicamos da exigência de valorização da profissão docente. A Educação não pode esperar. Para essa luta, contem connosco”, sublinhou José Feliciano Costa na tribuna do Dia Mundial do Professor, em Lisboa. ●

abordou, logo de início, a revisão do Estatuto da Carreira Docente e a necessidade da sua urgente valorização. “O que interessa aos professores é também o que interessa aos alunos e ao nosso país”, afirmou, acrescentando: “À escola e aos alunos faltam professores. Aos professores falta um Estatuto de Carreira que reconheça e valorize a profissão docente e o seu exercício”.

O dirigente da FENPROF perspetivou a intensa atividade sindical nestes meses de outubro e novembro. “Vamos realizar dezenas de plenários de professores e de reuniões de escola, em todas as regiões do país, para tratar do Pacote Laboral, do Orçamento do Estado para 2026, da reforma do Estado, da revisão do ECD e da educação especial”, sublinhou Francisco Gonçalves, que chamou também a atenção para a greve da Administração Pública de 24 de outubro, em que a FENPROF também vai participar, e para a Marcha Nacional contra o Pacote Laboral, em Lisboa, no dia 8 de novembro.

O grupo “Eira Velha”, de Coimbra, fechou com chave de ouro esta jornada comemorativa do Dia Mundial do Professor, interpretando canções bem conhecidas da música popular portuguesa e de intervenção, com excelentes arranjos. ●



Vídeos das intervenções de José Feliciano Costa, Francisco Gonçalves, Manuela Mendonça e Tiago Oliveira, disponíveis em **fenprof.pt**



“**Só com a negociação se dá voz à profissão” e “O público é de todos, o privado é só de alguns”** foram duas das palavras de ordem ouvidas no desfile do Dia Mundial do Professor em Lisboa, iniciativa da FENPROF





A luta das Mulheres continua

Neste destacável do JF, o Departamento de Professores e Educadores Aposentados da FENPROF elaborou um conjunto de textos relacionados com o 8 de março e os 50 anos do voto universal em Portugal. 1975 foi o ano instituído pela ONU como Ano Internacional da Mulher e Portugal, acabado de sair duma ditadura, participou desde logo nas comemorações e fez-se representar na 1ª Conferência Mundial com uma representação chefiada por Maria de

Lourdes Pintasilgo e Regina Tavares da Silva, que entrevistámos para este destacável. Sob o lema "Igualdade, Desenvolvimento e Paz", Portugal dava os seus primeiros passos na conquista da democracia e dos direitos e foi com toda a energia que as mulheres e as suas organizações participaram activamente em todo o processo no país e em todas as conferências mundiais que se seguiram, inseridas na Década da Mulher.

Foram momentos exaltantes de grandes avanços. A Constituição de 1976 foi e é

uma pedra basilar de todo este processo de construção e consolidação da nossa democracia. O princípio da Igualdade em todos os campos da vida social, na família e no emprego é um aspecto de que as mulheres não abrem mão. O momento actual, a nível mundial e também em Portugal, com o ascenso da direita e da extrema direita, coloca-nos a todos e todas enormes tarefas, para as quais a conjugação de esforços e de vontades das forças de esquerda é imprescindível. | **Almerinda Bento** •

A Mulher na Constituição (CRP VII 2005)

PREÂMBULO

Princípios fundamentais

Artigo 9.º

(Tarefas fundamentais do Estado)

São tarefas fundamentais do Estado:

h) Promover a igualdade entre homens e mulheres.

PARTE I

Direitos e deveres fundamentais

TÍTULO I

Princípios gerais

Artigo 13.º

(Princípio da igualdade)

1. Todos os cidadãos têm a mesma dignidade social e são iguais perante a lei.

2. Ninguém pode ser privilegiado, beneficiado, prejudicado, privado de qualquer direito ou isento de qualquer dever em razão de ascendência, sexo, raça, língua, território de origem, religião, convicções políticas ou ideológicas, instrução, situação económica, condição social ou orientação sexual.

TÍTULO II

Direitos, liberdades e garantias

CAPÍTULO I

Direitos, liberdades e garantias pessoais

Artigo 26.º

(Outros direitos pessoais)

1. A todos são reconhecidos os direitos à identidade pessoal, ao desenvolvimento da personalidade, à capacidade civil, à cidadania, ao bom nome e reputação, à imagem, à palavra, à reserva da intimidade da vida privada e familiar e à protecção legal contra quaisquer formas de discriminação.

CAPÍTULO II

Direitos, liberdades e garantias de participação política

Artigo 48.º

(Participação na vida pública)

1. Todos os cidadãos têm o direito de tomar parte na vida política e na direcção dos assuntos públicos do país, directamente ou por intermédio de representantes livremente eleitos.

2. Todos os cidadãos têm o direito de ser esclarecidos objectivamente sobre actos do Estado e demais entidades públicas e de ser informados pelo Governo e outras autoridades acerca da gestão dos assuntos públicos.

Artigo 49.º

(Direito de sufrágio)

1. Têm direito de sufrágio todos os cidadãos maiores de dezoito anos, ressalvadas as incapacidades previstas na lei geral.

Artigo 50.º

(Direito de acesso a cargos públicos)

1. Todos os cidadãos têm o direito de acesso, em condições de igualdade e liberdade, aos cargos públicos.

2. Ninguém pode ser prejudicado na sua colocação, no seu emprego, na sua carreira profissional ou nos benefícios sociais a que tenha direito, em virtude do exercício de direitos políticos ou do desempenho de cargos públicos.

CAPÍTULO III

Direitos, liberdades e garantias dos trabalhadores

TÍTULO III

Direitos e deveres económicos, sociais e culturais

CAPÍTULO I

Direitos e deveres económicos

Artigo 58.º

(Direito ao trabalho)

1. Todos têm direito ao trabalho.

2. Para assegurar o direito ao trabalho, incumbe ao Estado promover:

b) A igualdade de oportunidades na escolha da profissão ou género de trabalho e condições para que não seja vedado ou limitado, em função do sexo, o acesso a quaisquer cargos, trabalho ou categorias profissionais;

Artigo 59.º

(Direitos dos trabalhadores)

1. Todos os trabalhadores, sem distinção de idade, sexo, raça, cidadania, território de origem, religião, convicções políticas ou ideológicas, têm direito:

a) À retribuição do trabalho, segundo a quantidade, natureza e qualidade, observandose o princípio de que para trabalho igual salário igual, de forma a garantir uma existência condigna;

2. Incumbe ao Estado assegurar as condições de trabalho, retribuição e repouso a que os trabalhadores têm direito, nomeadamente:

c) A especial protecção do trabalho das mulheres durante a gravidez e após o parto, bem como do trabalho dos menores, dos diminuídos e dos que desempenhem actividades particularmente violentas ou em condições insalubres, tóxicas ou perigosas;

CAPÍTULO II

Direitos e deveres sociais

Artigo 68.º

(Paternidade e maternidade)

3. As mulheres têm direito a especial protecção durante a gravidez e após o parto, tendo as mulheres trabalhadoras ainda direito a dispensa do trabalho por período adequado, sem perda da retribuição ou de quaisquer regalias.

PARTE III

Organização do poder político

TÍTULO I

Princípios gerais

Artigo 109.º

(Participação política dos cidadãos)

A participação directa e activa de homens e mulheres na vida política constitui condição e instrumento fundamental de consolidação do sistema democrático, devendo a lei promover a igualdade no exercício dos direitos cívicos e políticos e a não discriminação em função do sexo no acesso a cargos políticos. •



Que presente e que futuro para os direitos das mulheres em Portugal?

Portugal tem uma das legislações mais avançadas da Europa no que respeita aos direitos das mulheres, das crianças e das famílias. Mas a distância entre a lei e a vida continua a ser uma realidade preocupante.

Apesar das conquistas de Abril – como a elevada participação feminina no mercado de trabalho (87% entre mulheres de 40–44 anos) e a predominância e sucesso das mulheres no ensino superior –, as desigualdades persistem:

- Salários 16% inferiores aos dos homens;
- Reforma mais tardia (64,9 anos vs. 62,2) e pensões mais baixas (menos 317€);
- Barreiras na progressão de carreira, nos mais variados setores, incluindo no ensino superior, onde as mulheres são já 54% dos docentes, mas apenas 24% chegam a catedráticas e apenas 0,08% atingem o mais alto escalão de chefia, a reitoria das Universidades públicas portuguesas.

As causas são variadas, com destaque para a falta de políticas eficazes de conciliação entre a vida profissional e familiar, bem como outras opções governativas que ignoram a desigualdade estrutural.

E as ameaças no horizonte adensam-se!

A ascensão de forças conservadoras e de extrema-direita na Europa e, em Portugal, bem explícita nos resultados eleitorais de 18 de maio, coloca em risco direitos históricos, conquistados com muito empenhamento e grande envolvimento das mulheres portuguesas, num Abril que florescia em luta(s):

- Ataques aos direitos sexuais e reprodutivos, retórica que normaliza a violência de género, tentativas de relegar as mulheres para o tradicional papel doméstico, revertendo décadas de progresso, são alguns dos ataques latentes que se leem através de um discurso cheio de ódio.

Não podemos permitir retrocessos.

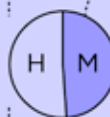
A Constituição de 1976 garantiu dignidade, igualdade e participação plena das mulheres e é nossa obrigação defendê-la. Em 2026, celebraremos 50 anos desta conquista. Que seja com mais avanços, não com perdas. Preparemo-nos para lutar por isso! | **Manuela Silva** •

IDADES NO FEMININO

Números que marcam a vida da mulher em Portugal

0
anos

41.951 bebés
do sexo feminino nasceram em 2023



49%
dos recém-nascidos
são do sexo feminino.
Com o avançar dos anos,
a situação inverte-se.



3-5



94%
das raparigas nesta faixa etária estão
matriculadas no **pré-escolar**. Em 1975,
apenas 10% frequentavam o jardim de infância.

9

Em 2023, 98 em cada 100
raparigas transitaram para
o 5º ano do ensino básico.

10



71%
das raparigas nesta idade
receberam a primeira dose
da **vacina** contra o vírus do
papiloma humano em 2023.



13

Idade da mãe mais jovem em 2023.

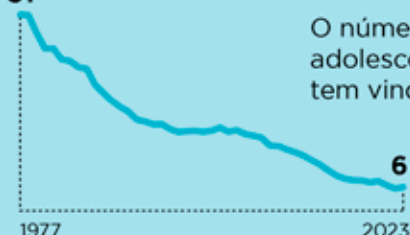
51

O número de bebés por 1000
adolescentes (15-19 anos)
tem vindo a cair.

6

1977

2023



À conversa com Regina Tavares da Silva:

“Além de denunciar discriminações e injustiças, é necessário definir estratégias”

JOSÉ PAULO OLIVEIRA (Jornalista)



Uma vida dedicada à luta pelos direitos das mulheres

Licenciada pela Universidade de Lisboa (Filologia Germânica) e com post-graduação pela Universidade de Cambridge, em que também lecionou, Maria Regina Tavares da Silva trabalhou, ao longo de décadas, sobretudo na área da Igualdade de Género a nível nacional e internacional. Foi técnica e presidente da Comissão da Condição Feminina, depois Comissão para a Igualdade e para os Direitos das Mulheres; presidente do Comité Diretor para a Igualdade de Mulheres e Homens do Conselho da Europa; e presidente do Comité Consultivo para a Igualdade de Oportunidades da Comissão Europeia.

Foi também membro do Comité CEDAW (Comité para a Eliminação da Discriminação contra as Mulheres) das Nações Unidas; e membro do Fórum de Peritos/as do Instituto Europeu para a Igualdade de Género (EIGE). Tem também trabalhado como perita em missões para as Nações Unidas (DAW, UNECE, UNIFEM, UNICEF, OHCHR), Conselho da Europa, Comissão Europeia e OSCE e para várias organizações não governamentais.

“Não esquecendo as afirmações de movimentos feministas anteriores, não há dúvida que 1975, Ano Internacional da Mulher e ano da conferência do México (realizada sob o lema “Igualdade, Desenvolvimento e Paz”), marca um salto qualitativo no processo de tomada de consciência, a nível global, na defesa da dignidade das mulheres e na necessidade imperiosa de denúncia das discriminações e das injustiças. As questões das mulheres começam a ser identificadas e assumidas politicamente; as autoridades não podem continuar a meter a cabeça na areia ou a assobiar para o lado... São exigidas respostas concretas! E na sequência dessa histórica conferência surge um Plano Mundial de Ação a 10 anos, a Década da Mulher (1976/1985). 1975 foi, na verdade, um momento de proclamação de grandes ideais, apontando à “Igualdade, Desenvolvimento e Paz”. Um ano antes, Portugal tinha-se libertado da ditadura...”

Estamos à conversa com Maria Regina Tavares de Silva, uma vida dedicada à causa da igualdade de género e à luta pelos direitos das mulheres, com intervenção no país e no estrangeiro ao longo de décadas, com participação nos trabalhos preparatórios e na realização de numerosas conferências internacionais e outras iniciativas, com destaque para as promovidas pela ONU.

Do México (1975) a Pequim (1995): 20 anos de evolução

“Depois do México, este processo nunca mais parou”, salienta. A conversa toca agora a importância das sucessivas conferências internacionais dedicadas à situação da mulher, nas quais se destaca a ideia que que “é preciso ir mais longe”, que “além de denunciar discriminações e injustiças é necessário definir estratégias”, e que também é fundamental abordar matérias como a educação, a saúde e o emprego e os seus reflexos na situação das mulheres. Regina Tavares da Silva fala-nos com entusiasmo, por exemplo, das conferências de **Copenhaga** (1980) e de **Nairobi** (1985) e, numa perspetiva mais abrangente, do trabalho

que se desenrolou até 1995, realçando junto da comunidade internacional e dos governos que aquelas assembleias internacionais “não analisavam apenas questões das mulheres, mas sim questões de toda a sociedade, envolvendo, naturalmente, os homens”.

1995 marca outra etapa neste processo. Decorre em Pequim a IV Conferência Mundial sobre as Mulheres. Participam milhares de pessoas, em representação de 189 países. Para Regina Tavares da Silva é um “momento decisivo de reflexão e de viragem no olhar sobre as questões da igualdade de homens e mulheres/igualdade de género”. As questões das mulheres passam a **questões de sociedade** que envolvem mulheres e homens; as questões meramente sociais e marginais à política passam a questões políticas ligadas à democracia e aos direitos humanos.

12 áreas críticas

A Plataforma de Ação de Pequim estabeleceu compromissos de ação em 12 áreas críticas, incluindo: pobreza, educação e formação, economia, poder e tomada de decisão, saúde, meios de comunicação social, ambiente, conflitos armados, instituições oficiais e violência contra as mulheres.

A Conferência reforçou/institucionalizou o conceito de *mainstreaming* de género – *gender mainstreaming*, – mas este era um pouco anterior, com origem no Conselho da Europa em final dos anos 80/início de 90, e depois também adotado na Comunidade Europeia. A Conferência de Pequim, de certo modo, universalizou o conceito.

A Conferência de Pequim abordou também o conceito de *trabalho não remunerado*, que inclui o trabalho doméstico e o trabalho de cuidado nas famílias e na comunidade, apelando à respetiva medição e avaliação, bem como ao seu reconhecimento e valorização. Reconheceu a diversidade das mulheres e das circunstâncias em que estas se encontram. A Plataforma aprovada na capital da República Popular da China é ainda hoje um dos principais quadros de referência para a promoção da igualdade de género e as suas disposições são dialogantes com os *Objetivos de Desenvolvimento Sustentável* e a *Agenda 2030* das Nações Unidas, especialmente com



o ODS 5: **alcançar a igualdade de género e empoderar todas as mulheres e meninas**. Do México a Pequim decorre, realça Regina Tavares da Silva, “um processo de evolução muito nítido, com a denúncia das discriminações e a tomada de consciência sobre a necessidade de desenvolver estratégias concretas”.

Novos desenvolvimentos em Portugal na década 85/95

No plano nacional, a década 1985-1995 é assinalada por “novos desenvolvimentos na área da igualdade”, com a abordagem e o aparecimento de novos temas, novos *grupos alvo*, com a realização de ações e projetos em mais regiões do país, “apontando à necessidade de mudança de atitudes”. “É um período”, sublinha, “em que se efetuam grandes seminários com forte participação e eco nos órgãos de comunicação social sobre temas novos”, tais como:

- *A Mulher e o Poder* (1985);
- *Mulheres e Ensino Superior, Investigação e Novas Tecnologias* (86), com forte participação da comunidade académica;
- *Ações positivas em favor da Igualdade* (1988);
- *Mulheres, Identidade Cultural e Defesa Nacional* (1989);
- *Igualdade, Democracia e Direitos Humanos* (1990), introduzindo uma nova perspetiva de enquadramento das questões da igualdade, na linha da proposta do Conselho da Europa;
- *Estudos sobre as Mulheres* (1993), agora com a comunidade académica;
- *O Rosto feminino da Expansão Portuguesa* (1994), com 900 participantes e forte envolvimento da comunidade científica;
- *Direitos Humanos - violência contra as mulheres* (1994).

Realizam-se também iniciativas dirigidas a audiências específicas: *Mulheres nas Autarquias* (87 e 89); e *Mulheres Agricultoras* (87), esta com mais de 600 participantes de 12 países. Acrescenta: “Decorrem ainda neste período outras ações com forte componente internacional:

- *Construir a Igualdade* (92), no âmbito da 1.ª Presidência Portuguesa da Comunidade Europeia), envolvendo todos os países comunitários;
- *Curso de Verão – Em busca de uma pedagogia para a igualdade* (95), decorrendo em Portugal e Espanha”.

Sensibilização dos professores

Regina Tavares da Silva aponta ainda para a importância de “muitas outras ações, no âmbito de projetos específicos, por exemplo na área da educação, com a sensibilização de professores ou no âmbito da descentralização e desenvolvimento local, não esquecendo as ações conjuntas com organizações não governamentais, nomeadamente seminários,

propostas de Plano Igualdade (88 e 91) e ações conjuntas.

A nível institucional, recorda o ano de 1991 e o novo diploma orgânico da Comissão, mais consentâneo com a nova filosofia, surgindo assim a Comissão para a Igualdade e para os Direitos das Mulheres. “De noção de Condição Feminina, algo específico, que só às mulheres diz respeito, passa-se para as noções de Igualdade e Direitos das Mulheres, alinhando com evolução internacional”, registando-se “uma mudança com ênfase na construção da igualdade, numa perspetiva dinâmica, atuante e pró-ativa”.

Onde estamos hoje?

A antiga presidente do Comité de Igualdade do Conselho da Europa sublinha a importância do ciclo dos *Objetivos de Desenvolvimento do Milénio* em 2015 e a *Agenda 2030* para o Desenvolvimento Sustentável, em que se retomam e aprofundam objetivos anteriores ainda não cumpridos (questões como pobreza e fome, saúde e bem estar, educação de qualidade, ambiente, etc) e se apontam muitos outros, como a *água e saneamento para todos, crescimento económico e trabalho decente para todos, consumo e produção sustentáveis, alterações climáticas, uso sustentável dos oceanos e ecossistemas, promoção de sociedades inclusivas, acesso à justiça para todos...*

As dimensões de género e da promoção da igualdade são objetivos transversais a todos os outros, seja o combate à pobreza, à fome e à doença, sejam as orientações para um desenvolvimento verdadeiramente sustentado em todas as suas vertentes – educação, saúde, ambiente, etc.

Avanços e recuos

Todos estes anos de intervenção, desde a conferência do México até aos nossos dias, mostram que se trata de um processo com avanços e recuos e que existem “áreas críticas de evolução difícil”. A pandemia mostrou como os progressos alcançados podem ser extremamente vulneráveis e frágeis.

Por outro lado, novos problemas e desafios que surgem no mundo em mudança acelerada têm impacto na situação mulheres e igualdade - migrações, minorias, refugiados/as, e outros ligados a situações de conflito, à globalização, movimentos demográficos, problemas ambientais, etc...

Nesta ponta final da nossa conversa, pedimos a Dr.ª Regina Tavares da Silva uma síntese telegráfica dos “grandes problemas que ainda subsistem hoje” na situação das mulheres: “Naturalmente, com formas e intensidades diferentes, posso sintetizar 4 grandes problemas: **1.** A questão da violência - doméstica, sexual, mutilação genital...; **2.** As desigualdades no mercado de trabalho; **3.** A participação política; ainda hoje, não obstante os compromissos com a democracia paritária,

o acesso das mulheres aos postos de decisão é difícil; **4.** Os estereótipos: o que é ser mulher... o que é ser homem...”

O convite de Maria de Lurdes Pintasilgo...

A pergunta tinha que ser feita: **como é que uma professora acaba por abraçar com tamanha determinação este combate pelos direitos das mulheres?** A resposta não podia ser mais espontânea:

“Devo-o a Maria de Lurdes Pintasilgo. Foi ela que me convidou para a Comissão da Condição Feminina e a partir desse momento dediquei-me às tarefas que surgiram no plano nacional e internacional, preparando e participando em encontros, assembleias, seminários e conferências, dirigindo organismos e estruturas.” •

“

As dimensões de género e da promoção da igualdade são objetivos transversais a todos os outros, seja o combate à pobreza, à fome e à doença, sejam as orientações para um desenvolvimento verdadeiramente sustentado em todas as suas vertentes – educação, saúde, ambiente, etc.”



Proposta Reivindicativa Comum 2026

Sabem qual é a orientação do governo PSD/CDS de Montenegro? Investimento na degradação dos serviços públicos!

DULCE PINHEIRO (Membro do SN da FENPROF)



Para contrapor a esta orientação, a Frente Comum dos Sindicatos da Administração Pública (FC), que a FENPROF integra, apresentou ao governo uma Proposta Reivindicativa Comum para 2026 (PRC26) que contém 73 reivindicações que melhoram as condições de vida dos trabalhadores e de trabalho na Administração Pública.

De entre as 73 propostas destacam-se 5 prioridades exigindo aumento real dos salários; carreiras dignas e valorizadas eliminando a precariedade; revogação do SIADAP com garantia de uma avaliação do desempenho justa e sem barreiras; aposentação justa e em tempo útil; valorização da Escola Pública e de todos os Serviços e Funções Públicas.

O posicionamento do governo tem sido o oposto! Mesmo conhecendo só algumas das suas propostas para o Orçamento do Estado para 2026, já se antevê que haja, não só persistência, como agravamento do rumo do desinvestimento na Educação, na Saúde, na Segurança Social, enfim, de uma forma geral, nos serviços públicos.

E não é porque não haja dinheiro e recursos para investir. É mesmo porque essa é a sua opção, a sua linha político-ideológica!

Fundamentado em dados oficiais, o economista Eugénio Rosa demonstra que, tendo como referência o ano 2011, ano anterior ao dos cortes nas remunerações feitos pelo governo de Sócrates, a perda de poder de compra é contínua. Diz ele que a esmagadora maioria dos trabalhadores da Administração Pública, salvo raras exceções, perde entre 2,2% e 31,6% em 2025. Exemplos: Investigadores -31,6%; Professores universitários -13,6%; Educadores de Infância e Professores do ensino básico e secundário -8,6%.

Atente-se também, no quadro 1, nestes dados de fontes oficiais (DGAEP, Eurostat e OCDE).

A percentagem de trabalhadores em precariedade, face aos de "Vínculo por tempo indeterminado" é de 14,6%! É este o exemplo que o Estado dá ao setor privado! (ver quadro 2)

Assim, para além da altíssima taxa de precariedade na Administração Pública (a que a Educação não foge), verificamos que NÃO "temos funcionários a mais", ganhamos muito MENOS do que a média da UE e que também no investimento público o governo fica muito aquém!

Os lucros dos grandes grupos...

A contrastar com a situação descrita, os grandes grupos económicos "nacionais" continuam a aumentar os lucros colossais. Só nos primeiros seis meses de 2025, tiveram um valor próximo dos 30 milhões de €/dia. É uma acumulação e centralização de riqueza insustentável para o equilíbrio económico, para a necessária redução das desigualdades e para o próprio desenvolvimento do país.

Campeiam na lista o setor financeiro e o energético. Vejamos alguns exemplos:

• **Banca:** total 14 800 890€ (a CGD a ser recordista: 4 934 713€)

• **Energia:** total 9 977 286€ (a EDP a bater recordes: 4 541 436€)

• **Total Resultados Líquidos:** 29 742 541€ lucros/dia

Acresce a isto tudo o Pacote Laboral que o governo e o patronato querem rever. Os impactos social e económico que seriam provocados por estas alterações afetariam muito para além do mundo laboral, pois provocariam maior precariedade, dificultando projetos de vida; insegurança contratual e redução de rendimentos, afetando o consumo interno e o crescimento económico; aumento da emigração, fugindo os nossos melhores quadros, para além de reduzir competitividade e capacidade de inovação. Como consequência, continuaríamos a ter um país de baixos salários, de condições de trabalho não dignas e de perda de qualidade dos serviços públicos.

Porque não aceitamos que o país vá nesta direção, LUTAREMOS!

Dia **24 de outubro**, os professores, os investigadores, todos os trabalhadores da Administração Pública estão convocados para a greve!

Dia **8 de novembro** marcharemos em Lisboa lado a lado com todos trabalhadores, numa luta promovida pela CGTP-IN!

Não falharemos! •

(Quadro 1) **N.º trabalhadores na Administração Pública – Portugal, junho 2025**

TOTAL	Vínculo por tempo indeterminado	Vínculo nomeação	Contratados a termo certo	Comissão de serviço
760 728	570 964	79 026	83 926	26 812
		(cargos soberania)	(em precariedade)	(cargos públicos, eleitos, cons. administração, etc.)

(Quadro 2) **Comparação Portugal e média na UE em 2024**

	Portugal	UE
Emprego público face ao total de trabalhadores no ativo	15%	20%
Média do valor/hora de trabalho na Ad. Pública	13,31€/h	33,5€/h
PIB – valores orçamentados para investimento público	*2,7% do PIB	3,6% do PIB

*Destes, ficaram por executar 30,8% e as estatísticas para 2025 apontam para um aumento desta percentagem.

“Perante este assalto em curso, todas as formas de luta são válidas”

“Pacote Laboral é retrocesso civilizacional”



Respondendo ao apelo da FENPROF, milhares de professores, educadores e investigadores participaram na jornada nacional de 20 de setembro, contra o Pacote Laboral, juntando a sua voz à de muitos outros trabalhadores que em ações de rua, no Porto e em Lisboa, exigiram que o Governo recue neste ataque generalizado aos direitos e revogue as normas gravosas que já hoje existem na legislação laboral e que tanto prejudicam os trabalhadores.

Na Invicta, a manifestação, no período da manhã, partiu da Praça Marquês de Pombal. Na capital, a Avenida da Liberdade voltou a encher-se, num desfile enorme. Nos dois locais, em ambiente de grande combatividade, ouviram-se palavras de ordem como “Pacote Laboral é retrocesso civilizacional”, “Não vamos desistir, o Pacote é pra cair” ou “A Luta continua, nas empresas, nas escolas e na rua”.

Os Secretários-Gerais da FENPROF participaram nesta jornada nacional promovida pela CGTP-IN, tendo sido recolhidos breves depoimentos para a página da FENPROF.

No Porto, Francisco Gonçalves lembrou que o ministro da Educação afirmou que os professores que participam em manifestações perdem a sua aura... “A demonstração que hoje estamos a dar aqui vai precisamente no sentido contrário. Os professores participam

de viva voz na vida pública e na cidadania”. Como se ouviu nas concentrações, “a aura que se lixe, aqui estamos na manif!”.

Em Lisboa, José Feliciano Costa sublinhou que “os professores não querem que a gestão da sua carreira, da sua avaliação de desempenho e das suas colocações sejam feitas por uma agência que pode contratualizar serviços na Administração Pública”, deixando um alerta a “reforma” do MECI para abrir portas à privatização do ensino e a uma cada vez maior desresponsabilização do Governo com a Escola Pública.

“É fundamental continuar a trilhar este caminho”

Na saudação que a Central unitária dirigiu aos que estiveram presentes nesta jornada nacional - uma “participação massiva” -, destaca-se que “é fundamental continuar a trilhar este caminho, denunciando o que já hoje é profundamente negativo na atual legislação laboral e que tanto impacto tem nas nossas vidas”.

Acrescenta a Inter:

“E é nessa perspetiva e com esta convicção de que temos que avançar e não andar para trás, que viemos (e viremos) para a rua denunciar o ataque em curso à legislação do trabalho, apresentado pelo Governo do PSD/CDS. Tal como temos afirmado desde o primeiro momento estamos



perante um verdadeiro assalto aos direitos dos trabalhadores. É um pacote laboral que apenas serve os mesmos de sempre, o capital e o qual vamos combater com toda a força e determinação. Uma luta que será exigente, urgente e prolongada, mas necessária. Perante este assalto em curso afirmamos, todas as formas de luta são válidas”. | JPO ●



Derrotar o pacote laboral!

Uma exigência, um apelo e uma certeza...

Derrotar o pacote laboral é hoje a grande preocupação do movimento sindical unitário, como o demonstrou a jornada promovida pela CGTP-IN no Porto e em Lisboa, no passado dia 20 de setembro.

Nas palavras de ordem que se ouviram, na intervenção do Secretário-Geral da CGTP-IN e na resolução aprovada ficou bem patente a **exigência** ao Governo de Montenegro para que recue "neste ataque generalizado aos direitos" e para que "revogue as normas gravosas que já hoje existem na legislação laboral e que tanto prejudicam os trabalhadores".

Das ruas do Porto e de Lisboa, saiu um forte **apelo** "a todos os trabalhadores para que participem neste combate, e a todas as estruturas sindicais e organizações de trabalhadores para que tomem posição, se envolvam e convirjam na luta pela rejeição do pacote laboral que é um assalto aos direitos dos trabalhadores e uma afronta à Constituição da República Portuguesa."

Mas saiu também uma **certeza**:

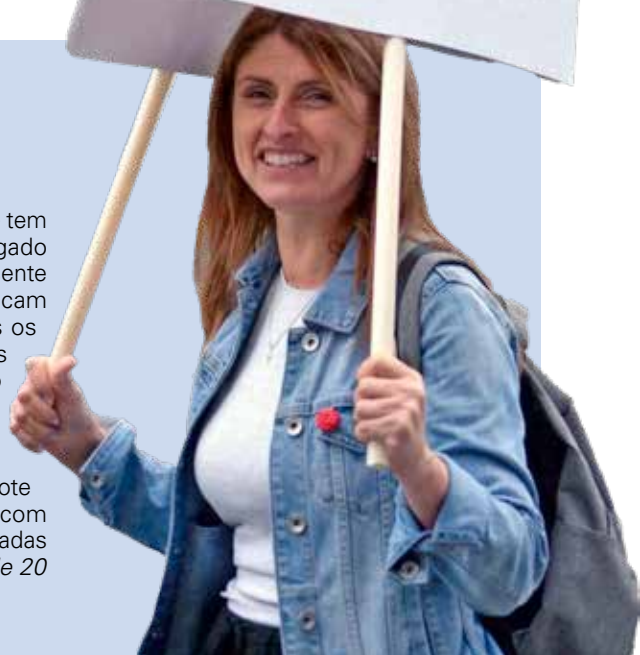
"Avançaremos com toda a determinação no desenvolvimento de todas as formas de luta necessárias, com todos os que queiram convergir, com a unidade na ação a partir dos locais de trabalho, para derrotar o pacote laboral, valorizar o trabalho e os trabalhadores, por uma sociedade mais justa, ancorada nos valores de Abril e na Constituição da República Portuguesa". | JPO •



Um ataque concertado a um conjunto alargado de direitos

(...) O pacote laboral do Governo PSD/CDS está ao serviço das pretensões do capital e tem o acordo, no essencial, do CH e da IL. É um ataque concertado a um conjunto alargado de direitos, e contém propostas que visam manter o modelo de desenvolvimento assente nos baixos salários, promovem ainda mais a desregulação dos horários, multiplicam os motivos e alargam os prazos para os vínculos precários, facilitam ainda mais os despedimentos e limitam a defesa e reintegração dos trabalhadores, atacam os direitos de maternidade e paternidade, facilitam a caducidade, põem em causa o princípio do tratamento mais favorável em mais matérias, promovem a destruição da contratação coletiva, atacam a liberdade sindical e o direito de greve, impondo limitações que ferem de forma profunda estes direitos fundamentais.

Não menos grave, é o facto de nenhuma das propostas apresentadas neste pacote ir no sentido de resolver os problemas que já hoje existem na legislação laboral, com normas que agride os trabalhadores e os seus direitos e que precisam de ser revogadas (...). | Da resolução aprovada na jornada nacional de luta contra o pacote laboral, de 20 de setembro, Porto e Lisboa •



Sobretabalho, Serviço Extraordinário e CNLE

As razões para a greve

JOSÉ MANUEL COSTA (membro do SN da FENPROF)

Embara suportadas por diferentes forças partidárias, uma coisa tem caracterizado várias equipas ministeriais, sobretudo ao longo das últimas duas décadas, a sua quase total incapacidade para admitir os múltiplos problemas que se vêm abatendo sobre a Escola Pública, incluindo os que afetam os horários de trabalho docentes e para os quais a FENPROF há muito vem persistentemente alertando.

Com efeito, em muitos agrupamentos e escolas, são múltiplos e reiterados os abusos, as ilegalidades e as sobrecargas, marcas de uma crescente desregulação imposta a uma classe cada vez mais envelhecida. Assim, constata-se, muitas vezes, uma deliberada atribuição de tarefas letivas no âmbito de uma falsa componente não letiva de estabelecimento ou a multiplicação de reuniões de natureza pedagógica sem a correspondente dispensa de outro serviço ou sem a devida consideração – e remuneração – como serviço extraordinário.

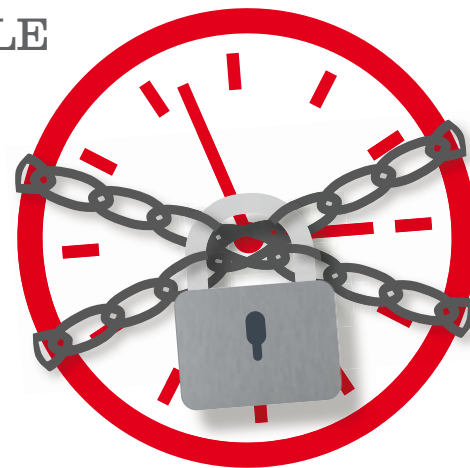
Essas situações têm-se multiplicado cada vez mais, numa desesperada tentativa

de disfarçar a crescente falta de professores, contribuindo para o enorme desgaste e a exaustão emocional de que sofre uma boa parte do corpo docente, com inevitáveis e indesejáveis reflexos no seu trabalho e até na vida pessoal e familiar. A par, claro, da desvalorização material que se vem agravando há já vários anos, estes reiterados abusos e ilegalidades contam-se entre as principais razões para a perda de atratividade da profissão docente que urge reverter.

Ora, desde há vários anos que a FENPROF tem procurado a alteração das práticas ilegais e abusivas, seja por decisões das direções de agrupamentos e escolas, seja por intervenção administrativa superior ou governativa.

Gerir a adesão a cada greve

Com esse objetivo, recorreu-se à convocação de greve ao sobretabalho – serviço prestado para além do horário docente, mas não reconhecido como extraordinário –, a que depois se juntou a greve à componente não letiva de estabelecimento e mesmo ao serviço extraordinário, sobretudo depois de, em 2024, o governo ter possibilitado o seu alargamento.



Esta ação, através de pré-avisos diários, visa igualmente permitir que cada docente possa gerir a adesão a cada greve, em função do seu horário e do serviço distribuído e, sobretudo, do cansaço acumulado.

Para conhecer em detalhe as atividades envolvidas nestas greves – que vigorarão até ao final do ano letivo, salvo se, até lá, o governo resolver o problema –, consulte os pré-avisos, nesta página da FENPROF: <https://www.fenprof.pt/greve-ao-sobretabalho-2025-26>.

Para terminar, registe-se que nesta greve não há lugar à definição de quaisquer serviços mínimos e os docentes em greve não têm de comunicar, em nenhum momento, a sua adesão à mesma. •

“A FENPROF e os seus sindicatos não ficarão de braços cruzados”

(...) O governo apresentou um pacote laboral que, sob o disfarce da “flexibilidade” e da “modernização”, esconde uma ofensiva brutal contra os direitos fundamentais. Não é apenas uma revisão da legislação do trabalho: é um projeto ideológico que tenta “vender” precariedade como liberdade, chantagem como negociação e exploração como modernização. Caso aquelas medidas avancem, todos os setores sairão prejudicados, do privado e do público. Daí a necessidade de estarmos todos juntos na rejeição deste pacote laboral.

No setor da Educação, insiste-se em políticas que colocam em risco a qualidade, equidade e universalidade do ensino público e aposta-se no desmantelamento da Escola Pública. Com a Reforma do Ministério da Educação em curso, fala-se de descentralização, mas o que está em causa é a fragmentação e mercantilização do sistema educativo,

com contratos de associação com o setor privado e social, em detrimento da expansão da rede pública – uma estratégia que aprofunda desigualdades territoriais e retira ao Estado central a responsabilidade pela coesão educativa nacional. O adiamento da conclusão da revisão do Estatuto da Carreira Docente para o final de 2027 evidencia a demissão do governo em responder, com urgência, à grave escassez de professores e ao contínuo desinvestimento na profissão. Revela, ainda, a total falta de preocupação em enfrentar os problemas estruturais que afetam a Educação.

(...) É inaceitável que, em vez de se investir na valorização da profissão docente e na criação de condições dignas para atrair e fixar professores, se recorra a soluções improvisadas e até ilegais, que comprometem a qualidade da Escola Pública. Exemplos disso são a colocação de técnicos especializados, sem a devida preparação pedagógica, a lecionar no 1.º Ciclo do Ensino Básico — uma situação tão absurda como

imaginar licenciados em Química a substituir médicos ou enfermeiros. O resultado, na Educação como na Saúde, só poderia ser desastroso. Acrescem ainda situações em que professores de Educação Especial são desviados para substituir docentes do 1.º Ciclo, deixando os alunos com necessidades específicas sem qualquer apoio, ou em que centenas de crianças permanecem em casa por falta de professores e auxiliares. Tudo isto constitui uma verdadeira negação do direito à educação das nossas crianças e jovens. .

(...) Este caminho é inaceitável. E, por isso, deixamos aqui o compromisso: a FENPROF e os seus sindicatos não ficarão de braços cruzados (...). •

Da intervenção de Anabela Sotaia, Presidente do Conselho Nacional da FENPROF, no 55.º aniversário da CGTP-IN, Encontro Nacional de Dirigentes e Ativistas Sindicais, 1/10/2015, Voz do Operário, Lisboa

Pacote Laboral

Um ataque ao trabalho e aos direitos de quem trabalha

TIAGO OLIVEIRA (Secretário-Geral da CGTP-IN)



O passado demonstra, o presente exige e o futuro confirmará – todos os avanços conseguidos devem-se à luta de quem trabalha. Não houve outro caminho que não a luta organizada.

Somos mais de 5 milhões de trabalhadores no nosso país. Somos nós que, com o nosso trabalho, entrega e dedicação, pomos o país a andar para a frente. Somos nós que fazemos com que, com a nossa entrega e esforço diários, nada falte nas nossas vidas.

O trabalho é a centralidade de tudo. É a partir do trabalho que tudo se transforma. Nós sabemos e temos plena consciência disso. Mas os patrões – e os sucessivos governos que têm estado à frente do país – também o sabem, não temos dúvidas.

É por isso que, ao longo dos anos, tentaram sempre duas coisas: alterar a legislação do trabalho no sentido da sua degradação, vendo o trabalhador apenas como uma ferramenta a utilizar, uma peça de uma engrenagem ao serviço dos interesses de alguns; e dividir a luta de classes, colocando trabalhador contra trabalhador, por exemplo, público contra o privado. Quantas vezes assistimos a isso?

Hoje esse ataque ganha dimensões cada vez mais perigosas, para as quais temos que estar preparados e dar a devida resposta. Mas o objectivo é o mesmo: retirar do centro da discussão o trabalho, o aumento da exploração e da acumulação da riqueza, a noção pela maioria de quem, no meio de tudo isto, se aproveita daquele que nada tem para continuar a explorar quem já pouco tem.

E isto acontece diariamente nas nossas vidas.

Degradação dos serviços

O desinvestimento é por demais evidente, assim como são evidentes as opções políticas que são tomadas e que conduzem à degradação dos serviços.

Não é falta de dinheiro – até porque o privado só funciona se for financiado pelos dinheiros públicos. E não é falta de coragem – porque isso exigiria outro tipo de postura. É, sim, compromisso. Um compromisso de um governo que pactua, que promove e que segue um caminho de favorecimento dos que mais têm, esquecendo a maioria: quem trabalha, quem trabalhou uma vida inteira, quem amanhã entrará para o mundo do trabalho.

O Governo apresentou mais de 100 propostas de alteração à legislação laboral.

Todos a Lisboa!

Em reunião extraordinária realizada no Porto, o Conselho Nacional da CGTP-IN decidiu convocar uma Marcha Nacional contra o Pacote Laboral na tarde do próximo dia 8 de novembro, fazendo desaguar nas ruas da capital “o protesto, a indignação, a rejeição do pacote laboral, a exigência de uma vida melhor, em suma, a força da luta dos trabalhadores e do povo”. Os trabalhadores do setor privado concentram-se no Saldanha e os da Administração Pública nas Amoreiras.

“Avançaremos com toda a determinação no desenvolvimento de todas as formas de luta necessárias, com todos os que queiram convergir, com a unidade na ação a partir dos locais de trabalho, para derrotar o pacote laboral, valorizar o trabalho e os trabalhadores, por uma sociedade mais justa, ancorada nos valores de Abril e na Constituição da República Portuguesa”, destaca a Resolução aprovada pelo órgão máximo da Central, entre Congressos. De salientar ainda que foi dinamizada uma campanha nacional de recolha de assinaturas, dos trabalhadores e das populações, para um abaixo-assinado dirigido ao primeiro-ministro, rejeitando o pacote laboral e exigindo a sua retirada, a revogação das normas gravosas da lei do trabalho e o aumento de salários e direitos. “Todos a Lisboa!” é o desafio da jornada de 8 de novembro. | JPO •



Tudo o que consta deste pacote de agressão aos trabalhadores tem impacto, seja no sector privado, seja no sector público.

Tal como a CGTP-IN denunciou desde o primeiro momento, esta proposta não pode ser nunca vista nem discutida de forma isolada nas suas matérias, por uma simples razão: os trabalhadores nunca perdoariam à CGTP-IN que aceitasse a reversão de uma ou outra medida e que permitíssemos, ao mesmo tempo, que todas as restantes 98 propostas fossem validadas.

Somos um sindicato, uma estrutura de classe, dos trabalhadores. Lutamos e procuramos avanços, a melhoria dos direitos e das condições de vida de quem trabalha. E este é um verdadeiro pacote laboral denominado de Trabalho XXI, que, na realidade, nos faz é rumar aos direitos do século XIX: normaliza a precariedade, alarga horários de trabalho, facilita despedimentos, afasta os sindicatos das empresas e locais de trabalho, ataca a contratação colectiva e limita o direito de greve.

Perguntem a vocês mesmos: a quem serve tudo isto? A quem responde? A que interesses?

E certamente perceberão que não serve a nenhum trabalhador. Não serve a nenhum de nós. Bem pelo contrário.

Este governo, por força da vossa luta, pela luta dos professores e em plena campanha eleitoral, assumiu a resposta às vossas justas reivindicações. Não o fez porque quis, mas porque a luta foi determinante. Mas temos de ver além disso. Olhar para a Escola Pública, para o que querem fazer. E também aí, se formos capazes de o fazer, facilmente perceberemos que não é este o rumo que queremos para a Escola Pública – um rumo de desinvestimento, de falta de professores e de assistentes operacionais, de meios e de promoção do privado como resposta para tudo.

Tal como dizia no início, é a luta organizada de todos que permitirá sempre conquistar avanços, seja nos direitos, nos salários, mas também, e isso é determinante, nos serviços públicos.

Para dia 8 de Novembro, a CGTP-IN convocou uma grande Marcha Nacional Contra o Pacote Laboral – Todos a Lisboa!

Dia 8 de Novembro, junta-te a nós. Vem dar voz e corpo à luta!

Todos somos um! ●

Nota: Este texto, por opção do autor, não segue o novo acordo ortográfico.



Ministério continua a não cumprir

MARTA CRUZ (membro do SN da FENPROF)

Até 2022, vigorou um regime de Mobilidade por Doença (MpD), para docentes portadores de doença incapacitante, carecentes de tratamento ou acompanhamento médico em determinada localidade, medicamente desaconselhados de viajar ou com familiar doente a seu cargo, que respeitava tanto a Constituição da República Portuguesa – “Todos os trabalhadores têm direito (...) a prestação do trabalho em condições de higiene, segurança e saúde” –, como o Artigo 5.º do Regime Jurídico da Promoção da Segurança e Saúde do Trabalho – “O trabalhador tem direito à prestação de trabalho em condições que respeitem a sua segurança e a sua saúde, asseguradas pelo empregador” –, que colocavam, e bem, o trabalhador como titular do direito.

Ora, em 2022, o governo PS entendeu subordinar, através do Decreto-Lei n.º 41/2022, a titularidade de um direito do trabalhador ao direito do empregador em aproveitar recursos humanos colocados por via da MpD para mitigar a falta de professores. A MpD passou, assim, a procedimento concursal, convertendo os requerentes em candidatos, colocados por prioridades na distribuição de um número limitado de vagas e considerando ainda outros critérios além da doença.

Só este ano – e após muita luta –, foi alterado este procedimento, pelo Decreto-Lei n.º 43/2025, que, não obstante introduzir melhorias, mantém o carácter de concurso, bem como outros aspetos iníquos: falta de

adequação e atualização da lista de doenças incapacitantes; limitação e exclusão de, respetivamente, docentes cuidadores de filhos com deficiência e de ascendentes por afinidade; limites de distâncias; limite máximo de 10% de vagas.

Atestado Médico de Incapacidade Multiuso

Os problemas, no entanto, não ficaram por aqui: a obrigatoriedade de submissão, aquando do pedido, de Atestado Médico de Incapacidade Multiuso, emitido por Junta Médica, alarmou os docentes, uma vez que as Unidades Locais de Saúde não apresentavam capacidade de convocar nos prazos definidos e referiam não conhecer o “protocolo celebrado entre o Ministério da Educação, Ciência e Inovação e o Ministério da Saúde”, sempre citado nos normativos legais, mas desconhecido de todos. Também a longa espera pela resposta aos recursos hierárquicos – por vezes relativos a erros alheios aos requerentes – e por colocações tem causado elevado desgaste aos professores que, aguardando, tentam exercer as suas funções em condições que lhes são danosas.

Apesar da insistência da FENPROF, o MECI continua não cumprir eficazmente não só a sua obrigação constitucional de “melhoria sistemática das condições de vida e trabalho”, promovendo a saúde, como deixa desprotegido quem muitas vezes adoecer ou piora em resultado dessas mesmas condições laborais. ●

Direito à reinscrição

Um combate com vitória iminente, mas a exigir muita paciência...

JOSÉ MANUEL COSTA (membro do SN da FENPROF)

Desde há já vários anos que o processo de reinscrição na Caixa Geral de Aposentações (CGA) por parte de antigos subscritores que tenham deixado de exercer funções públicas a partir de 1 de janeiro de 2006 tem vindo a ser dificultado / impedido pela CGA e pela Administração, apenas vindo a ser conseguido com recurso aos tribunais, como tem sido o caso com muitas centenas de docentes.

No final de 2024, a Assembleia da República aprovou a Lei n.º 45/2024, de 27 de dezembro, que pretendeu introduzir uma designada "interpretação autêntica" do n.º 2 do artigo 2.º da Lei n.º 60/2005, de 29 de dezembro, visando impor, com efeito retroativo a 1 de janeiro de 2006, uma interpretação restritiva do articulado original, introduzindo condições antes não expressas para o reingresso, como a não existência de qualquer descontinuidade temporal entre vínculos ou, existindo descontinuidade temporal, se comprove que a mesma foi involuntária, limitada no tempo e justificada pelas especificidades próprias da carreira e que o trabalhador não tenha exercido atividade remunerada durante o período em que interrompeu o vínculo público.

Felizmente, as centenas ou mesmo milhares de decisões dos tribunais têm sido invariavelmente favoráveis aos trabalhadores,



determinando o seu direito de reingresso, independentemente das condições acima referidas, com várias das mais recentes a considerarem mesmo inconstitucional a referida Lei n.º 45/2024. Sendo já várias as decisões de 1.ª instância naquele sentido, a matéria está agora em apreciação pelo Tribunal Constitucional, que já se pronunciou, numa ação concreta, no mesmo sentido. Contudo, para que tal acórdão tenha força obrigatória geral, são necessárias três

decisões materialmente iguais, um processo que está a demorar mais do que o pretendido, mas cujo resultado favorável parece ser inevitável.

Enquanto tal não sucede, os docentes que ainda não tenham requerido o seu regresso à CGA poderão fazê-lo, aqui se apelando aos sócios dos Sindicatos da FENPROF que contactem os respetivos departamentos de contencioso para orientação. ●





IPSS: um pacote de milhões para uma negociação de tostões!

PEDRO NUNES (menbro do SN da FENPROF)

No passado mês de setembro, foi publicado o novo Contrato Coletivo de Trabalho para os docentes das Instituições Particulares de Solidariedade Social (IPSS), celebrado entre a Confederação Nacional das Instituições de Solidariedade (CNIS) e a Federação Portuguesa dos Sindicatos do Comércio e Serviços (FEPACES), sendo a FENPROF uma das organizações sindicais outorgantes.

Este acordo resulta de uma negociação que se arrastou desde 2024, apesar da insistência dos vários sindicatos que integram esta mesa negocial para que o processo fosse mais célere, a tempo de entrar em vigor no início de 2025.

Não obstante o financiamento na ordem das centenas de milhões, atribuído este ano ao setor social (mais do triplo do atribuído em 2024), a patranha de que estas verbas continuam a ser insuficientes para os custos

que as IPSS têm nas diversas valências continua a ser um dos *soundbites* da praxe, na mesa das negociações.

Ainda assim, uma das prioridades da FENPROF na negociação tem sido a eliminação da norma que, há mais de 18 anos, impede a justa progressão na carreira dos educadores de infância em creche e que a CNIS persiste em manter, argumentando que os mesmos não exercem funções docentes conforme os seus colegas da valência de jardim de infância.

Discriminação continua

Neste caso, embora tenha sido possível desbloquear um nível na sua carreira, estes profissionais continuam a ser discriminados, dado que a partir do nível 4 (20 a 22 anos de serviço) mantêm sempre a mesma remuneração, independentemente do tempo de serviço adquirido daí em diante.

No entanto, desde 2023 que o Ministério da Educação reconhece o tempo de serviço destes docentes, conforme está definido no Decreto-Lei n.º 32-A/2023. É de salientar, também, que o recém criado Instituto de Educação, Qualidade e Avaliação tem como uma das suas atribuições a tutela pedagógica da educação dos 0 aos 6 anos, dissipando deste modo qualquer dúvida quanto às funções docentes nestas faixas etárias.

É igualmente necessário melhorar os salários e as condições de trabalho dos docentes das IPSS, de modo a aproximá-los daquilo que é aplicado nos ensinos particular e público.

Neste aspeto, a não valorização destes profissionais por parte da CNIS tem vindo a agravar as dificuldades na contratação de novos docentes para as instituições, como também na retenção dos que nelas trabalham.

Aguarda-se, portanto, o início das negociações para 2026, com a exigência de que os docentes das IPSS tenham o devido reconhecimento profissional. ●

7ª CORRIDA NACIONAL DOS PROFESSORES E DA EDUCAÇÃO

LISBOA — 19 OUT 2025
PRAÇA DO IMPÉRIO, JUNTO AO MOSTEIRO DOS JERÓNIMOS

» MARCHA — 5 kms » CORRIDA — 10 kms

Imagens e todos os pormenores da iniciativa em www.fenprof.pt



Rede pública de creches e alargamento da oferta do pré-escolar

CATARINA TEIXEIRA (membro do SN da FENPROF)

Ano após ano, as famílias vivem a angústia da procura de uma vaga numa creche ou num jardim de infância público para os seus filhos, especialmente nos grandes centros urbanos. De acordo com a carta social de 2023, a taxa de cobertura média nacional nas creches é de 55%. Na Educação Pré-Escolar, o Governo refere que faltam mais de 12 mil vagas, sendo que, no ano letivo de 2023/2024, segundo a DGEEC, a rede pública assegurava apenas 54,6% das vagas, demonstrando a carência de jardins de infância nesta rede e, consequentemente, que a universalidade e frequência da educação pré-escolar a partir dos 3 anos está longe de ser garantida.

No caso das creches, a situação da falta de vagas não é mais grave porque o anterior Governo PS alterou a legislação (Portaria n.º 190-A/2023), aumentando o número de crianças por sala e, consequentemente, o rácio adulto/crianças, e permitiu, também, o alargamento do funcionamento em permanência de “porta aberta”, incluindo o período noturno e fins-de-semana, desvalorizando, em ambos os casos, a qualidade da oferta educativa.

Esta realidade dramática, que deixa sem resposta crianças e famílias, não é mais do que fruto de opções políticas dos sucessivos governos: em detrimento de investir na rede pública da educação pré-escolar e na criação de uma rede pública de creches, canaliza

recursos financeiros para o setor privado, social ou cooperativo.

Este é o caminho seguido no programa do Governo PSD/CDS: continuar o alargamento do programa Creche Feliz, reforçar o investimento e a contratualização com os setores privado e social, prevendo injetar, no caso da educação pré-escolar, mais de 42,5 milhões de euros entre 2025 e 2028 em contratos de associação e apoios financeiros aos privados.

Para além destas medidas, criou o Instituto de Educação, Qualidade e Avaliação, I. P. (que vem, entre outros, substituir a DGE), com competência relativamente às políticas educativas no domínio da componente pedagógica e didática da educação dos 0 aos 6 anos, sem outra implicação estrutural a nível da criação de uma rede pública de creches e integração no sistema educativo.

Rede pública nacional

O caminho que se impõe é claro para a FENPROF: reafirmamos que a solução passa pela criação de uma rede pública nacional de creches e pelo alargamento da rede pública de jardins de infância, garantindo vagas a todas as crianças dos 0 aos 5 anos. Uma rede que respeite a individualidade e as necessidades específicas de cada criança, que assegure rácios adequados entre adultos e crianças, e que ofereça uma resposta de qualidade em todo o território. ●



“O trabalho digno é um objetivo de todos”

São os trabalhadores que produzem a riqueza e que com a sua força e luta transformam o mundo. É com uma profunda convicção dessa capacidade transformadora que continuaremos a desenvolver a nossa luta, também como expressão de solidariedade com todos os que lutam em todo o mundo, por uma vida melhor e um mundo de progresso e justiça social e de paz.

São palavras da CGTP-IN a propósito da Jornada Mundial do Trabalho Digno que se assinala em 7 de outubro de cada ano. Como realça a Central, “o trabalho digno é um objetivo de todos”.

A Inter recorda o “contexto mundial em que os direitos dos trabalhadores estão sob ataque, com o capital e as grandes empresas a atacar salários, a desregular horários e a impor ritmos desumanos, a promover a individualização das relações de trabalho, a utilizar o desenvolvimento científico-técnico a favor dos lucros e da exploração de quem trabalha, quando cada vez mais é atacada a liberdade sindical e o direito de greve”.

Noutra passagem, a Central destaca que “a organização e luta dos trabalhadores, em torno das suas reivindicações concretas e a partir dos seus locais de trabalho, tem provado ser o elemento essencial para conquistar a melhoria das condições de vida e de trabalho”. E acrescenta: “Quando se desenvolvem perigosas derivas reacionárias, a promoção da guerra e da corrida aos armamentos, a promoção de forças fascistas e de extrema-direita, é a ação dos trabalhadores que constrói um rumo de esperança e confiança num futuro melhor”.

Num momento marcado pelas ameaças do Pacote Laboral, a CGTP-IN reforça a confiança na ação dos trabalhadores e na sua luta. | JPO ●



Cimeira Mundial da UNESCO Sobre os Professores

MANUELA MENDONÇA (membro do SN da FENPROF)

No contexto de uma alarmante falta de professores à escala mundial — com a UNESCO a estimar que serão necessários mais 44 milhões de docentes até 2030 — organizações das Nações Unidas, ministérios e sindicatos da educação reuniram-se em Santiago, numa cimeira promovida pela UNESCO e pelo governo do Chile, em 28 e 29 de agosto de 2025.

Esta cimeira vem na sequência de iniciativas desenvolvidas por António Guterres, nomeadamente a criação do Painel de Alto Nível das Nações Unidas sobre a Profissão Docente. Considerando que a escassez de professores não é inevitável nem irreversível, o Painel elaborou 59 recomendações, apelando a todos os governos e à comunidade internacional para que invistam nos docentes e os apoiem na criação de um futuro pacífico, justo e sustentável para todos. A estas recomendações juntam-se agora os compromissos para a ação assumidos na cimeira da UNESCO.

O consenso de Santiago

O documento final da cimeira, Consenso de Santiago, destaca o papel vital da profissão docente e a necessidade de garantir que as vozes dos professores sejam ouvidas na definição das políticas educativas. Defende um financiamento sustentável e políticas nacionais abrangentes para os professores, que permitam condições de trabalho dignas, salários competitivos, cargas de trabalho realistas, respeito pelo bem-estar dos professores, reforço da autonomia pedagógica e da colaboração entre pares. E inclui uma recomendação proposta pela Internacional da Educação (IE), visando o reconhecimento da “relação professor-aluno como parte do património comum da humanidade” — uma ideia que terá um enorme valor simbólico para a afirmação da dignidade da profissão docente e que nasceu no seio da FENPROF.

A ideia de candidatar a relação professor-aluno a património da humanidade data de 2018, constando do editorial do n.º 211 da revista a Página da Educação, assinado por Isabel Baptista, com o título “Professor-Aluno: uma alquimia única, uma marca para a vida, um tesouro imaterial”. Apoiada pela FENPROF, a ideia foi de imediato abraçada pela IE, contando também com o valioso contributo de António Nóvoa, cuja intervenção na cimeira do Chile, enquanto membro da Comissão Internacional da UNESCO sobre os Futuros da Educação, em muito contribuiu para a afirmação da proposta.

Tratando-se de uma recomendação, haverá ainda muito a fazer para a tornar realidade. Mas o avanço conseguido em Santiago é um passo decisivo nesse processo, que deve ser assinalado e celebrado. Foi isso que a FENPROF fez na iniciativa comemorativa do Dia Mundial dos Professores 2025. •



www.ei-ie.org/en



É urgente a regularização da Carreira Docente

JACKELINE VIEIRA (Vice-coordenadora do SPM)

Recentemente, o SPM reuniu com a nova Secretária Regional de Educação Ciência e Tecnologia, tendo reafirmado a urgência na concretização de medidas que contribuam para a regularização da Carreira Docente, nomeadamente,

1. A recuperação de todo o tempo de serviço prestado, independentemente da sua natureza, mas ainda não contemplado para efeitos de progressão:

a. o tempo de serviço perdido nas transições entre carreiras dos docentes que vincularam antes de 2011 (vulgo processo das ultrapassagens);

b. o tempo de serviço perdido à espera de vaga para transição aos 5.º e 7.º escalões;

c. o tempo de serviço dos docentes que transitaram dos quadros do continente para os da RAM, com base no princípio de reciprocidade e igualdade;

c. a retificação da contagem do tempo de serviço dos docentes com tempo prestado em estabelecimentos privados.

2. A erradicação de quaisquer vagas para a progressão dos docentes;

3. A revisão do modelo de vinculação, defendendo o SPM a vinculação imediata de todos os docentes, com profissionalização, que tenham obtido colocação no presente ano letivo, sem necessidade de acumulação de outro tempo de serviço.

4. O pagamento das deslocações entre escolas, contabilizando o tempo dos percursos para descontar nos TEE.

5. A reposição das bonificações que estiveram suspensas durante o processo de recuperação do tempo de serviço congelado.

O SPM tem justas expectativas de que estas reivindicações venham a merecer uma resposta positiva quer por parte da Secretaria Regional de Educação, quer da Assembleia Legislativa Regional da Madeira (ALRAM), uma vez que, ao fim de muitas iniciativas de luta, há um largo consenso político sobre as matérias em questão. Por isso, aguarda-se, com urgência, a apresentação de propostas de diplomas para emissão de pareceres e, de seguida, a aprovação na ALRAM. Caso tal não venha a acontecer, o SPM promoverá novas iniciativas de luta, porque o seu compromisso com a dignificação da carreira docente, a proteção dos direitos de todos os professores e a construção de condições equitativas para todos os docentes é inegociável. O Por fim, o SPM exige transparência e responsabilidade nas negociações, garantindo que os docentes vejam finalmente reconhecido o seu trabalho e esforço ao longo de tantos anos.

Enquanto houver direitos por conquistar, o SPM continuará a lutar! ●

SPRA propõe revitalização da formação inicial por parte da Universidade dos Açores

Os recursos humanos no sistema educativo regional foram uma das matérias em análise na conferência de imprensa que a Direção do Sindicato dos Professores da Região Açores (SPRA) promoveu no arranque do ano letivo 2025/2026.

Alertando para a “persistência dos problemas detetados nos últimos anos”, o SPRA lembra que “no caso do pessoal docente, nas ilhas mais periféricas, assiste-se ao recurso constante das ofertas de escola, as denominadas BEPA, por falta de interessados na lista centralizada, levando assim à contratação de docentes não profissionalizados ou sem habilitação legal”.

Nas três primeiras semanas de setembro estiveram a concurso 156 horários.

“Por aqui se demonstra a necessidade de docentes devidamente habilitados para satisfação das necessidades permanentes e transitórias do sistema educativo regional”, como referiram os dirigentes sindicais no encontro com a comunicação social.

Como combater este flagelo?

A Direção do SPRA apresenta uma proposta de solução: “Estes problemas detetados, nomeadamente a falta de docentes com habilitação profissional, bem como as assimetrias na sua distribuição têm que ser combatidas com medidas eficazes, a curto prazo, com a aplicação de verdadeiros incentivos à fixação de docentes e a médio e longo prazo, com a revitalização da formação inicial de pessoal docente por parte da Universidade dos Açores. Impõe-se a criação de uma plataforma de ensino à distância que permita que candidatos sem habilitação profissional possam realizar os complementos necessários à sua formação para obtenção da profissionalização.”

O tempo dos Educadores de Infância prestado em creche, que já conta para todos os efeitos; a necessidade de recuperação de infraestruturas; e os manuais digitais foram também temas em foco nesta conferência de imprensa (ver todos os pormenores em www.spra.pt). ●



O TEU LUGAR É COM QUEM LUTA CONTIGO SINDICALIZA-TE

FRANCISCO OLIVEIRA
(membro do SN da FENPROF)



São já **50 000 docentes** de Portugal que já constatarem que ser sindicalizado num dos sindicatos da FENPROF é um **excelente investimento a nível profissional, jurídico e financeiro**, trazendo enormes benefícios. Ser sócio é dar força a quem defende a tua profissão, os teus direitos e a dignidade de todos os docentes. Além de ter sempre em primeiro lugar a defesa intransigente de todos os docentes, quer em qualquer processo negocial, quer, se necessário for, através de ações de luta, os sindicatos da FENPROF oferecem-te, ainda, excelentes condições a nível de

Apoio personalizado e jurídico

- Atendimento individualizado (presencial, telefónico ou por e-mail) para todas as questões profissionais;
- Apoio jurídico por advogados especializados em questões da Carreira Docente.

Informação e comunicação

- Acesso contínuo a informação sindical e profissional através dos canais próprios de cada sindicato.

Formação gratuita acreditada para os sócios.

Benefícios e protocolos

- Parcerias e protocolos com centenas de empresas e instituições em todo o território nacional;
- Campanhas de descontos em bens e serviços.

Vantagens fiscais e poupança real

- As quotizações sindicais são dedutíveis em **100% no IRS**. Com a melhoria do benefício fiscal introduzido em 2024 (majoração das quotizações em 200 %), os trabalhadores sindicalizados têm direito ao reembolso entre **70% e 90%** do valor pago em quotizações sindicais.

Aproveitar todos os serviços prestados pela FENPROF — em todo o país, representados pelos seus sindicatos — confirma que **ser sindicalizado é uma excelente opção**, tanto profissional como financeiramente.

Os sindicatos da FENPROF formam a **maior e mais representativa federação sindical de professores, educadores e investigadores de Portugal** e estão representados na **Internacional da Educação**.

É por tudo isto que os sindicatos da FENPROF contam, como nenhum outro, com a confiança dos professores e educadores do nosso país. Só com sindicatos **apoiados por uma federação forte como a FENPROF**, conseguiremos continuar a dignificar a classe docente, por mais difícil ou complexo que seja o contexto de luta.

Conta com a FENPROF e com cada um dos seus sindicatos, porque, enquanto houver direitos por conquistar, juntos vamos lutar!





Rawan Sulaiman, embaixadora da Palestina em Lisboa, ao JF:

“Os palestinianos não estão sós!”

JOSÉ PAULO OLIVEIRA (Jornalista)

Fotos de SUSANA SEIXAS MATOS

“Deixo aqui um apelo aos professores e educadores portugueses: continuem a falar da Palestina, continuem a manifestar a solidariedade das comunidades educativas, façam chegar à nossa representação diplomática em Lisboa as notícias das iniciativas que decorrem nas escolas e nas comunidades, de apoio solidário ao povo da Palestina”.

A reportagem do JF esteve na missão diplomática da Palestina, em Lisboa, para uma conversa com a embaixadora Rawan Sulaiman, que não esquece a calorosa afirmação de solidariedade que viveu no 15.º Congresso da FENPROF, realizado em maio passado, em Lisboa. Esse momento e a vasta onda solidária que abrange o país e o mundo a favor do Povo da Palestina foram o ponto de partida para uma entrevista em que a diplomata palestina sublinha: “A solução nunca será militar. Terá de ser política e de ter como prioridade o fim do genocídio.”

Como avalia o intenso movimento cívico, com múltiplas e diversificadas ações de solidariedade com o Povo da Palestina,

que têm decorrido em todas as regiões de Portugal e um pouco por todo o Mundo?

Rawan Sulaiman (R.S.) – O primeiro sentimento que me ocorre é o agradecimento sincero. Por uma solidariedade global com uma causa justa, que é também uma rejeição global das políticas de Israel de destruição, de assassinio, de repressão e de ocupação ilegal de territórios, de impedimento da circulação das pessoas e de saque.

Agradecemos a solidariedade do povo português, que se manifesta nas ruas e no mar, como se registou na flotilha humanitária – “Global Sumud Flotilla”. As vozes dos palestinianos têm sido ampliadas pela solidariedade que se desenvolve em Portugal, dinamizadas por diferentes associações e apoiadas por cidadãos dos mais diversos quadrantes.

As manifestações de solidariedade em Portugal e no mundo, muitas delas com elevada participação, permitem-nos pensar que os palestinianos não estão sós.

Como sentiu a reação das centenas de participantes no recente Congresso da FENPROF (maio) à sua presença e à sua intervenção?

R.S. – Vou começar por lhe dizer que as imagens desse combativo Congresso deram-me (e dão-me) alento e força. Durante vários dias, quando estava a ficar desanimada e angustiada com as notícias que recebia da Palestina, e nomeadamente de Gaza

e da Cisjordânia, observava o vídeo do Congresso da FENPROF, para ganhar ânimo e força. Ainda hoje, nos dias em que estou mais “em baixo” é o que faço... recordo aquelas imagens e aquele forte espírito de solidariedade, vivido naquela sala, com professores oriundos de todo país e do estrangeiro, saudando o meu povo e gritando aquela palavra de ordem que fica, para sempre, gravada na nossa memória: “A Palestina Vencerá!”. Inesquecível a fraternidade daqueles momentos.

“A solução nunca será militar”

Quais são, em síntese, neste momento as prioridades para que se inicie uma viragem positiva, de esperança, na situação da Palestina?

R.S. – Sem dúvida, em primeiro lugar, o imediato cessar-fogo, seguido da assistência humanitária e depois, então, as iniciativas com vista a uma negociação, incluindo as propostas que surjam na esfera internacional e as perspetivas da conferência de Nova Iorque, com vista à definição de orientações que garantam a paz e o direito à vida e à reconstrução. A solução nunca será militar. Terá de ser política e de ter como prioridade o fim do genocídio. A opinião pública internacional e a esmagadora maioria dos governos sabem que a ocupação é ilegal e que deve terminar. O prazo dado a Israel para pôr fim ao massacre já terminou...



Apesar da pressão internacional e da resistência do povo palestino, Israel continua a dar sinais muito negativos...

R.S. – É verdade. Do Governo de Israel o que há é mais do mesmo: prepotência, violência, destruição, morte... Recorde-se o que disse recentemente o ministro das Finanças de Israel, falando das três opções que, na sua perspetiva, existem para a situação:

a) Os palestinos aceitam a ocupação e vivem nesse regime;

b) Voluntariam-se para sair do território;

c) Saem à força ou são liquidados...

O Primeiro Ministro Benjamin Netanyahu não contrariou estas declarações... Para o Governo de Israel, o Estado da Palestina é letra morta...

O incentivo à instalação de novos colonatos é outro desses sinais negativos...

R.S. – Sem dúvida. Ainda recentemente, Israel avançou, em completa ilegalidade, com mais 22 colonatos, incluindo colonos vindos de outros países. Continua o saque, continua a destruição.

A propósito de saque, há que lembrar que Israel está a roubar o nosso dinheiro – no âmbito da administração fiscal e aduaneira – e as nossas riquezas naturais, verbas fundamentais para que a Palestina possa responder às suas obrigações e compromissos, nomeadamente no plano dos salários, das despesas, por exemplo, da saúde e da educação, da gestão geral de um estado. A Palestina precisa de gerir a sua vida!

A comunidade internacional vai continuar certamente a manifestar solidariedade com o povo da Palestina. Neste momento, o que todos nós podemos fazer para pôr fim a esta calamidade?

R.S. – Há que prosseguir, na firme condenação do genocídio que Israel está a perpetrar em Gaza; o movimento cívico e a opinião pública internacional têm impacto. Há que exigir o fim imediato das operações militares israelitas; há que reclamar o cumprimento das resoluções da ONU, nomeadamente o direito ao retorno dos refugiados.

Destaco aqui a importância dos

“

Como referiu a embaixadora da Palestina na conversa com o JF, “desde outubro de 2023, Israel matou milhares de estudantes, professores e funcionários universitários palestinos”. Muitos dos que conseguiram sobreviver ficaram feridos ou terão de viver o resto da vida com deficiências. Como já tinha afirmado no Congresso da FENPROF, em maio passado, mais de 1200 postos de controlo ilegais foram montados em diferentes cidades da Palestina, em particular em Jenin, Nablus e Tulkarem, “para garantir que os estudantes palestinos não tenham acesso às suas escolas e universidades”.

parlamentos nacionais e a importância das tomadas de posição destes órgãos de soberania, na Europa e no Mundo. No caso de Portugal, registamos as declarações do Presidente da República, do Primeiro Ministro e das autoridades, e o recente reconhecimento do Estado da

Para compreender e enquadrar a situação atual na Palestina, é necessário recuar a 1948. Foi o momento da Nakba, a Catástrofe, que resultou na expulsão de mais 950 mil palestinos das suas casas e das terras historicamente suas, como sucedeu com a família da Embaixadora Rawan, natural da cidade de Yafa.

Há 77 anos, através da destruição de mais de 500 povoações palestinas e do massacre, Israel iniciou o processo de limpeza étnica que hoje prossegue e se amplia.



Foto de Bettmann / Getty Images

Palestina, juntamente com outros países, o que deve ser realçado e valorizado. Destaco ainda a importância das tomadas de posição da União Europeia e das Nações Unidas.

Que balanço se pode fazer da ação da ONU e do Secretário-Geral António Guterres, neste processo?

R.S. – O esforço da Organização das Nações Unidas tem sido um bom ponto de partida para avançar para a paz. A paz não pode ser encarada como um “slogan”, mas como uma necessidade para preservar o Mundo.

O Secretário-Geral, António Guterres, tem-se empenhado com determinação nessa busca pela paz, o que lhe tem valido sucessivas críticas e ataques por parte dos que insistem na ocupação, na destruição e na ilegalidade na Palestina, dos que se identificam com o massacre.

Quem não está do lado da lei é Israel

Ser a favor da reposição da legalidade na Palestina implica também ser frontal na condenação das práticas de Israel...

R.S. Sem dúvida. Como é que é possível dizer que se é contra a ocupação e ao mesmo tempo mandar armas para o país que ocupa a Palestina?

Há personalidades que temem ser criticadas por dizer a verdade sobre a Palestina, a ocupação, a destruição e o genocídio... A lei internacional existe. Quem não está do lado da lei é Israel.

Apelo aos professores portugueses

Que mensagem pode deixar aos professores, educadores e investigadores que exercem atividade em Portugal?

R.S. – A primeira nota que sublinho é que estão a fazer um grande trabalho. São quadros fundamentais para o país e para a construção do futuro e muitos são, genuinamente, pessoas solidárias e de elevado espírito cívico.

Sei que estão com o meu povo e que acompanham a difícil situação que se vive na Palestina, especialmente em Gaza, onde a política de destruição levada a cabo por Israel anulou também o direito à educação.

As escolas, as universidades e os institutos não foram poupados aos bombardeamentos, incluindo os estabelecimentos da Agência das Nações Unidas de Assistência aos Refugiados da Palestina no Próximo Oriente. Sei que os professores portugueses estão a par do que se passa na Palestina, da situação em que vivem, na Faixa de Gaza e na Cisjordânia, as crianças e as suas famílias, dos mortos e feridos, da falta de assistência médica, dos estropiados, das famílias que desapareceram...

Deixo aqui um apelo aos professores e educadores portugueses: continuem a

falar da Palestina, continuem a manifestar a solidariedade das comunidades educativas, façam chegar à nossa representação diplomática em Lisboa as notícias das iniciativas que decorrem nas escolas e nas comunidades, de apoio solidário ao povo da Palestina. ●



Gaza, 2023-2025

Desde 7 de outubro de 2023

Mortos

66 005 (*)

(incluindo 18 430 crianças)

(*) 13 137 desde 18 de março 2025

Feridos

168 162 (*)

(*) 56 121 desde 18 de março 2025

Trabalhadores da saúde mortos

1772

Jornalistas mortos

252

Cidadãos deslocados

(desde 18 de março 2025)

+ 1 168 800

No momento em que esta edição do JF chega aos seus leitores estes números (divulgados pelo Centro de Comunicação do Governo da Palestina no início de outubro 2025) estarão desatualizados... infelizmente por defeito



Solidariedade com as lutas em França

Em resposta às políticas neoliberais do governo francês, que atacam e colocam os trabalhadores, os jovens e os reformados a pagar a crise orçamental, os trabalhadores e o povo francês têm saído à rua em protesto e as centrais sindicais convocaram uma greve realizada no passado dia 18 de setembro. A CGTP-IN enviou uma saudação de solidariedade, em que refere a dado passo:

“A opção do governo francês, perante os problemas orçamentais, é continuar a atacar direitos, as reformas e pensões, suprimir dois dias de feriado, cortar no financiamento dos serviços públicos, congelar apoios sociais e salários dos trabalhadores dos serviços públicos, numa política clara de quem está ao serviço do capital, ao qual distribui milhares de milhões de euros em benefícios fiscais”.

Como sublinha a Central unitária portuguesa, “esta política, fiscal e laboral, que ataca os trabalhadores e a população, está em consonância com a agenda neoliberal da União Europeia que favorece as grandes empresas e a sua acumulação do lucro em detrimento de que produz a riqueza”.

No dia da greve foram convocadas cerca de 250 concentrações, com o Governo a admitir que a mobilização poderia ter chegado perto de um milhão de pessoas. Os transportes e as escolas estiveram no centro dos protestos durante as primeiras horas

Um em cada três professores do ensino primário estava em greve em todo o país, e quase um em cada dois aderiu à greve em Paris. Ao mesmo tempo, jovens bloquearam dezenas de escolas secundárias. Na área dos transportes, os comboios regionais foram fortemente afetados. ●

Prémio Literário FENPROF/SABSEG

Teolinda Gersão vence Prémio Urbano Tavares Rodrigues 2025

“Autobiografia não escrita de Martha Freud”



Teolinda Gersão, com a obra *Autobiografia não escrita de Martha Freud* (2024, Porto Editora) foi escolhida por unanimidade como a vencedora da edição de 2025 do Prémio de Novela e Romance Urbano Tavares Rodrigues, instituído em 2012 pela Federação Nacional dos Professores – FENPROF, em parceria com a SABSEG – Corretor de Seguros.

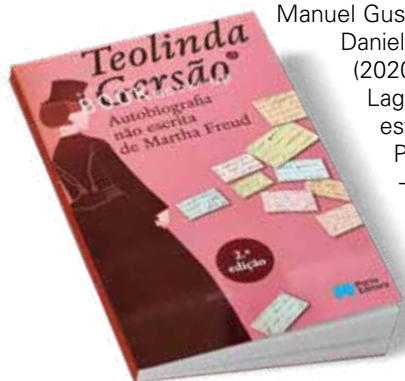
O júri, constituído por Paulo Sucena (FENPROF), José Manuel Mendes e Paula Mendes Coelho, considerou que, em *Autobiografia não escrita de Martha Freud*, “obra em que uma rigorosa investigação documental e a criação literária se conjugam de forma exímia num processo de escrita estimulante, Teolinda Gersão reafirma, inovando não raro nos domínios compositivo-formais, a sondagem do labirinto humano, tanto nos planos íntimos como nas inscrições históricas e sociológicas que recorrem a diversos tempos e lugares”.

Reconhecida e premiada escritora portuguesa

Teolinda Gersão, natural de Coimbra, professora catedrática de Literatura Alemã e Literatura Comparada na Universidade de Lisboa e Leitora de Português na Universidade Técnica de Berlim, é também uma reconhecida e premiada escritora portuguesa, que, na opinião do júri deste Prémio, “numa escrita toda ela precisão, enlace das instâncias do real e do imaginário, fluidez, apelatividade, ritmos, amiúde inesperados, acutilância e tempero narrativo avesso a qualquer pendor exornativo, [...] atinge aqui um lugar cimeiro que importa distinguir”. Está traduzida em 20 países.

Teolinda Gersão junta-se à lista de vencedores deste prémio promovido pela FENPROF e pela SABSEG – Corretor de Seguros e onde constam os nomes de Lídia Jorge, vencedora, em 2023, com o romance *Misericórdia*, e, em 2015, com *Os Memoráveis*, de João de Melo, vencedor em 2021 com o romance *Livro de Vozes e Sombras*, de Luísa Costa Gomes, em 2019, com o romance *Florinhas de Soror Nada*, de Isabel Figueiredo, com *A Gorda* em 2017, e de Ana Cristina Silva, em 2013 com *O Rei do Monte Brasil*.

Recorde-se que este prémio alterna com o Prémio de Poesia António Gedeão, que foi atribuído, a Ana Luísa Amaral (2012), a Manuel Gusmão (2014), a Nuno Júdice (2016), a Daniel Jonas (2018), a António Carlos Cortez (2020), a a. m. pires cabral (2022) e a Rui Lage (2024), autores que muito prestigiam esta iniciativa da Federação Nacional dos Professores, em parceria com a Sabseg – Corretores de Seguros. •

**Tomada de posição da FENPROF**

Fecho do Jornal de Letras, perda irreparável

A FENPROF não pode deixar de manifestar a sua profunda preocupação e indignação perante o encerramento do Jornal de Letras, do grupo Trust in News, publicação de referência, que, ao longo de décadas, foi espaço de liberdade intelectual, de divulgação cultural e de debate de ideias.

O desaparecimento deste jornal representa uma perda inestimável indesmentível para a cultura portuguesa, para a reflexão crítica e para a educação. O Jornal de Letras foi, durante anos, praticamente o único periódico a garantir, de forma regular e consistente, conteúdos culturais de elevada qualidade, desempenhando um papel insubstituível no acesso à informação, no estímulo à leitura e no incentivo ao pensamento crítico.

Muitas escolas utilizavam o Jornal de Letras como recurso pedagógico e instrumento de trabalho, quer para docentes, quer para alunos. O seu fecho priva, assim, a comunidade escolar, e a sociedade em geral, de um suporte fundamental que contribuiu de forma inestimável para a valorização da cultura e do conhecimento.

A FENPROF associa-se à voz de muitos intelectuais, e cidadãos, que reclamam uma solução que permita reverter este desfecho. É urgente mobilizar encontrar vontades que se reúnam em torno de um projeto que assegure a continuidade do Jornal de Letras, pois a cultura e a educação em Portugal não podem prescindir de um espaço de liberdade crítica e de divulgação cultural como este.

Ao mesmo tempo, a FENPROF não pode deixar de estar solidária com os seus trabalhadores, que, apesar de se encontrarem com salários em atraso, não deixaram de fazer sair edições, na esperança de que esta situação se resolvesse. •



Concurso

“500 anos de Camões – Um desafio com História”

O Espaço 25, de Coimbra (Rua Adelino Veiga, 53), decidiu lançar uma nova proposta no âmbito das comemorações dos 500 anos do aniversário de Luís Vaz de Camões. Assumindo que o poeta viveu e estudou Humanidades em Coimbra, o tema deste 2.º Concurso de Fotografia é “500 anos de Camões - Um desafio com História”. A proposta do E25 aos jovens é muito simples: pegar no telemóvel, ou/e num bloco de desenho e na gravura e ir à descoberta de vestígios desse passado num qualquer local da cidade que Georg Hoefnagel desenhou numa histórica gravura da cidade do Mondego. Descobrir o que ficou dessa cidade antiga e registar o que observou. •



Música

Cidade-berço, capital do jazz

A atuação no dia **7 de novembro** (21h30) de Maria João com a Orquestra de Guimarães (projeto “Abundância”), na celebração dos 40 anos de carreira da prestigiada cantora, é para nós o ponto alto da programação do 34.º Festival de Jazz de Guimarães, que decorrerá no Centro Cultural Vila Flor entre 6 e 15 de novembro. Com Maria João e com os músicos da Orquestra de Guimarães estarão João Farinha (teclados), Texito Langa (bateria) e Maria Ramos, Mariana Brissos e Inês Almeida (vozes). Pedro Lima assina a direção musical e os arranjos.

O Guimarães Jazz termina com um músico já conhecido do público do festival, o panamiano Danilo Pérez, desta vez acompanhado pela “Bohuslän Big Band”. A grande novidade do Guimarães Jazz em 2025, explicam os organizadores, é a realização, a 23 de outubro, de um concerto de arranque do festival fora do programa “oficial”, que



pretendemos ser uma porta de entrada festiva para um género musical muitas vezes equivocadamente percecionado pelo público não-especializado como excessivamente intelectualizado e austero. “A escolha recaiu sobre a banda alemã Botticelli Baby, um projeto singular que navega livremente por paisagens musicais ecléticas – *pop*, *soul*, *funk*, *vaudeville*, música balcânica e cigana, entre outros estilos – sempre em alta rotação e com o *swing* do jazz canónico em pano de fundo”.

Ao longo da sua programação, o festival proporciona vários concertos, *jam sessions* e oficinas. Realmente, a não perder. | JPO •

+ INFO www.guimaraesjazz.pt

(ver também texto de Ivo Martins em <https://www.ccvf.pt/ciclos/20251106-guimaraes-jazz-2025/>)



Concerto

“U Outro Lado Existe” Os Delfins” em Coimbra

O Convento de São Francisco, em Coimbra, vai receber “Os Delfins” na noite de 5 de dezembro (sexta-feira). O espetáculo “U Outro Lado Existe” promete... Lê-se na página do Convento: “Depois da grande celebração pública dos 40 anos de canções (Meo Arena, Super Bock Arena, Multisusos de Guimarães, Rock in Rio, Vilar de Mouros e duas mãos cheias de grandes plateias em Festivais e Festas por todo o país), os Delfins, tais monges do seu destino, recolhem à intimidade dos teatros e auditórios para uma digressão singular, onde muitos dos temas que normalmente ficam de fora das *playlists* ganham uma nova vida”. O concerto começará às 21h30, no grande auditório. Lisboa (1/12), Braga (12/12), Porto (27/12) e Aveiro (17/01/2026) também fazem parte da digressão da prestigiada banda de Miguel Ângelo. •

Exposição

“Caminhos de papel: fragmentos”

Pode ser visitada até **6 de novembro**, no Espaço António Borges Coelho, na sede do SPGL, ao Bairro Azul, em Lisboa, a exposição “Caminhos de papel: fragmentos”, com trabalhos de António Caeiro, que apresenta o certame com “um convite à contemplação da complexidade da vida contemporânea através do gesto simples e profundo de recortar e colar - onde cada fragmento contém o potencial de uma nova história.” A exposição funciona de segunda a sexta-feira, das 10h00 às 20h00. •



Exposição

Do Caos à Ordem ao Caos

Pode ser visitada até **19 de dezembro** a exposição *Do Caos à Ordem ao Caos*, na sala 25 Abril do Espaço Memória da CGTP-IN, no Seixal, “dedicada à vida e obra de Luís Rodrigues, artista plástico nascido em Lisboa, em 1945, e militante da cultura como dimensão transformadora do mundo do trabalho e transformação social”.

Horário: das 10h00 às 12h30 e das 14h00 às 17h30, nos dias úteis, e, aos sábados, das 10h00 às 13h00 e das 14h00 às 17h00. Para aceder às instalações do Espaço Memória, basta seguir as indicações “Receção EM – CGTP-IN” pelos acessos ao parque urbano do Seixal (Praça 1.º de Maio ou junto do Estádio Municipal Bravo). •



Dança

“Os Maias” pela Companhia Nacional de Bailado

Até **26 de outubro** podemos ver no Teatro Camões, em Lisboa, a primeira adaptação coreográfica de “Os Maias”, obra maior da literatura portuguesa: Fernando Duarte propõe um bailado em três atos que revitaliza a narratividade na dança. Com os bailarinos e bailarinas da Companhia Nacional de Bailado (CNB), o pianista António Rosado e Solistas da Orquestra de Câmara Portuguesa, esta criação original cruza a intensidade dramática do universo de Eça de Queirós com a expressividade única da criação coreográfica, “num exercício contemporâneo de intermedialidade que evoca, reinterpreta e dá nova vida a personagens singulares e a questões intemporais, perspetivadas pela sagaz ironia queirosiana”, destaca a CNB. Uma estreia absoluta. •

+ INFO www.cnb.pt/program/os-maias

MARCHA NACIONAL CONTRA O PACOTE LABORAL

SECTOR PRIVADO . SALDANHA | ADMIN. PÚBLICA . AMOREIRAS

8
NOV.

14H30



TODOS A LISBOA

GREVE Nacional

dos Professores e Educadores
e toda a Administração Pública

24 OUT

- ▶ Aumento real dos salários
- ▶ Carreiras dignas e valorizadas
- ▶ Valorização da Escola Pública e de todos os Serviços Públicos
- ▶ Horários e condições de trabalho legais
- ▶ Avaliação do desempenho justa e sem barreiras artificiais
- ▶ Aposentação justa e em tempo útil



FENPROF

Frente
Comum
Sindicatos
Administração
Pública